



Já há paredes no Vale do Jamor!

Nos próximos dias 13, 14 e 15, ou seja, Sábado, Domingo e... feriado vamos trabalhar para erguer a nossa Festa

Editorial

O ALARIDO ANTICOMUNISTA E A JUSTEZA DAS PROPOSTAS POLÍTICAS DO PCP

Compreende-se que os inimigos e adversários do PCP, naturalmente em graus diferentes, se encham de raiva e dêem mão da intriga e da baixa calúnia sempre que a iniciativa dos comunistas põe em causa a sua política de submissão ao grande capital e ao imperialismo; compreende-se que deturpem grosseiramente a política do PCP, que procurem confundir os factos e deitar poeira nos olhos dos observadores menos argutos; compreende-se até o seu nervosismo e a total falta de objectividade perante as iniciativas políticas dos comunistas.

Também se compreende que alguns aliados potenciais para quem as curvas e contracurvas da Revolução portuguesa são por vezes demasiado apertadas e bruscas, percam por momentos a perspectiva e se desorientem ante uma decisão aparentemente inesperada e insólita do PCP.

Apesar de tudo isso se compreender seria igualmente de esperar o exame sereno e objectivo das iniciativas dos comunistas, com a seriedade política que as caracteriza.

O PCP é a organização superior, o estado-maior da classe operária de Portugal. Nem a classe operária nem o PCP — produto do amadurecimento da sua consciência revolucionária — são compartimentos estanques da sociedade portuguesa. A classe operária é, como se sabe, a vanguarda do povo trabalhador da cidade e do campo e a sua luta resume as aspirações e interesses da imensa maioria da população; o PCP, a maior força política organizada da democracia portuguesa, mergulha as suas raízes na parte mais significativa e ampla do Povo português.

Quer queiram quer não os inimigos e adversários do PCP esta é uma realidade objectiva que se impõe e tem de levar-se em conta na análise realista e parofundada da situação nacional actual e das propostas políticas feitas ao País pelo PCP através do seu Comité Central no dia 31 do mês último.

(continua na pág. 2)



Em tempo de férias, milhares de pessoas assistiram ao comício

20 mil pessoas no Palácio de Cristal

OS TRABALHADORES DO PORTO VIVERAM HORAS MEMORÁVEIS

Ao apelo da DORN, milhares de pessoas acorreram ao Palácio de Cristal e encheram o vasto recinto. Octávio Pato, António Gervásio e Ângelo Veloso analisaram a situação política e renovaram, perante o entusiasmo da assistência, as propostas do PCP para a saída da crise (Págs. 4 e 5)

AS REACÇÕES ÀS PROPOSTAS DO PCP SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA

Pág. 3

DA LISBOA QUE TEMOS À LISBOA QUE QUEREMOS

Dois técnicos falam ao «Avante!» acerca do Plano Director da cidade de Lisboa. Que cidade temos? De que cidade precisamos? Uma cidade para servir quem? Um tema polémico que interessa a toda a população

(Pág. 12)

Páginas centrais

A «EXPERIÊNCIA» SOCIAL-DEMOCRATA E OS SEUS «FRUTOS» NOS AÇORES

A incompetência a todos os níveis, a inoperância quase total, a discriminação, o apoio descarado às manobras dos provocadores separatistas, a repressão, o desprezo pela Constituição e pela legalidade constitucional (Pág. 12)

COMO DEFENDE O PS OS TRABALHADORES?

Nas fábricas, nos escritórios, nos campos, nas escolas, um denominador comum: a política do Governo conluiado com a direita a pôr em causa os interesses populares e as conquistas de Abril (Págs. 8 e 9)



As jornadas de trabalho voluntário são uma velha tradição do povo soviético, que ainda hoje se mantém. Os lucros assim obtidos têm permitido realizar grandes empreendimentos para benefício das populações. Na foto: Lênine (ao centro, segurando no tronco) durante a jornada de 1 de Maio de 1920

VIVA O 60.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO!

Comemorando o 60.º aniversário da Grande Revolução de Outubro, o «Avante!» inicia hoje a publicação de uma série de textos sobre esse acontecimento histórico para o povo soviético e os povos de todo o mundo



NÃO À BOMBA DE NEUTRÕES!

Neste aniversário da tragédia de Hiroshima e Nagasaki, os partidos signatários opõem-se à produção de bombas de neutrões cujo fabrico é admitido pelo Governo dos Estados Unidos.

Denunciam o carácter monstruoso desta arma que visa deliberadamente o extermínio de milhões de seres humanos.

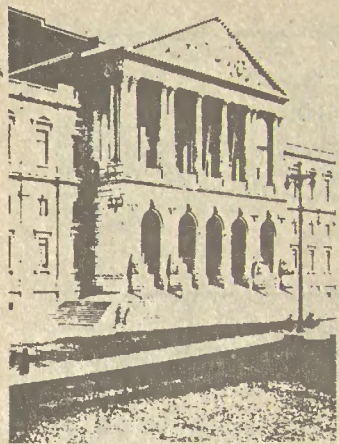
Um tal passo aceleraria a corrida aos armamentos e seria um novo perigo para a paz mundial.

Os signatários apelam a todas as forças amantes da paz e dirigem-se, em particular, às forças de inspiração socialista, social-democrática e cristã, o que constitui condição para ultrapassar os blocos militares até à sua dissolução, e agir pelo prosseguimento da política de desarmamento, pela salvaguarda da paz através de medidas efectivas de desarmamento.

Exortam os povos a lutar para que cesse a corrida aos armamentos, muito especialmente, a corrida ao armamento nuclear.

Enquanto não são proibidas todas as armas de destruição massiva, o desenvolvimento e a produção de novos modelos de tais armas devem ser proibidos.

Partido Comunista Alemão, Partido Comunista da Áustria, Partido Comunista da Bélgica, Partido Comunista da Bulgária, Partido Comunista do Canadá, Partido Comunista da Checoslováquia, Partido Comunista da Dinamarca, Partido Comunista de Espanha, Partido Comunista dos Estados Unidos da América, Partido Comunista da Finlândia, Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grã-Bretanha, Partido Comunista da Grécia, Partido Comunista da Irlanda, Partido Comunista Italiano, Partido Comunista do Luxemburgo, Partido Comunista da Noruega, Partido Comunista Português, Partido Comunista de S. Marinho, Partido Comunista da Turquia, Partido Comunista da União Soviética, Partido da Esquerda — Os Comunistas da Suécia, Partido Operário Unificado da Polónia, Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre, Partido Socialista Operário Húngaro, Partido Socialista Unificado da Alemanha, Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste, Partido Suíço do Trabalho».



Os Comunistas na Assembleia da República

A “lei dos milhões” legitima a opressão premiando os exploradores

Os deputados que ocupam a bancada do partido do Governo deram o seu voto favorável a mais uma lei que, dando para a mão dos monopolistas e grandes capitalistas mais de 100 milhões de contos, representa — conforme salientou o deputado comunista Veiga de Oliveira em declaração de voto do PCP — mais um entorse ao espírito e ao sentido da Revolução de Abril e cria novas e mais sólidas bases para a recuperação do poder económico dos antigos e dos novos grupos de grandes capitalistas.

Conforme se depreende, trata-se da lei chamada das “Indemnizações”, sobre a qual a Assembleia da República procedeu à votação final global.

Conforme tinha acontecido durante a votação na generalidade e pelo seu carácter altamente negativo na situação nacional e na consolidação da democracia, o Grupo Parlamentar do PCP votou contra.

O deputado comunista Veiga de Oliveira justificou tal posição em declaração de voto produzida no final da votação, tendo afirmado, nomeadamente:

As nacionalizações e as expropriações efectuadas depois do 25 de Abril que a nossa Lei Fundamental chama de “conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras”, artigos 83.º e 97.º, ficam assim ameaçadas. O seu sentido útil, o seu alcance económico, social e político, podem doravante ser legalmente contestados, anulados e mesmo destruídos pois os seus inimigos receberão das mãos do Estado os meios jurídicos e financeiros para tentarem com êxito a recuperação do seu poder económico.

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, sempre defendeu a necessidade de indemnizar os pequenos e médios accionistas, mas simultaneamente, sempre se opôs a que a coberto destes se fossem indemnizar os grandes senhores da finança ao serviço dos quais se exerceu e perdeu a ditadura fascista de Salazar-Caetano.

As nossas propostas para a discussão na especialidade, se aceites, teriam permitido corrigir a lei, por forma a dar cumprimento ao espírito e à letra da Constituição.

Mais adiante:

Os Capitães de Abril proclamaram princípios e objectivos, traduzindo um compromisso perante o país, e colocados como imperativos para servir os superiores interesses da Nação.

Os Capitães de Abril dirigiram a todos os portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional, exortando-os a garantirem as condições necessárias à definição de uma política que conduziisse à solução dos graves problemas nacionais, à harmonia, progresso e justiça social, indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública.

Entre esses princípios e objectivos, os Capitães de Abril proclamaram a necessidade de uma nova política económica, posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, implicando necessariamente uma estratégia anti-monopolista.

Entre esses princípios e objectivos, os Capitães de Abril proclamaram a necessidade de uma nova política social que em todos os domínios tivesse essencialmente como objectivos a defesa do interesse das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses.

A sombra destes princípios e objectivos se acolheu a Constituição, e em pleno respeito pelas liberdades democráticas se aprovou a Constituição da República.

Como conciliar tudo isto com a lei que acaba de ser aprovada?

Que devemos entender quando o Governo PS e o Partido Socialista nos falam de maior justiça fiscal?

Que pode o povo português pensar quando lhe falam da necessidade de medidas de austeridade, quando lhe falam de reduzir consumos mesmo de bens de primeira necessidade?

Quem está disposto a denegrir a democracia e provocar a descrença do povo português?

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português ao votar contra a chamada lei das indemnizações fá-lo não só em obediência ao seu programa e aos compromissos assumidos perante o eleitorado, mas também em cumprimento do espírito e da letra da Constituição e em defesa da democracia que esta lei infringe, ameaça e escarnece.

(...) O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português ao votar contra a chamada lei das indemnizações declara a esta Assembleia e por seu intermédio, ao povo português que esta lei, se publicada e aplicada, servirá objectivos contra-revolucionários e antidemocráticos e previne todos os democratas portugueses, todos aqueles que não desejam regressar ao 24 de Abril para a necessidade de obter a sua suspensão e revogação sem prejuízo da

execução rápida e urgente das indemnizações devidas aos pequenos e médios titulares de direitos sobre os bens nacionalizados.

A nossa posição é tanto mais transparente quanto, ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ficam os pequenos e médios accionistas a dever os benefícios de juros a prazo de amortização introduzidos na lei pela Comissão de Economia, Finanças e Plano, quando da votação na especialidade.

Mas queremos ainda acrescentar que, em nosso entender, se poderia ir mais longe nas indemnizações aos pequenos e médios accionistas, empresários e proprietários, se a lei correspondendo aos princípios e ao espírito da Constituição tivesse limitado as indemnizações do grande capital e das grandes fortunas, grande capital e grandes fortunas acumulados à custa da exploração e opressão do povo português.

E a terminar:

Esta chamada lei das indemnizações que acaba de ser aprovada contra o voto do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, consagra assim a legitimidade da exploração, expropriação e espoliação que foram levados a cabo, à sombra da repressão da ditadura de Salazar e Caetano; consagra todas as burras, fraudes fiscais e corrupção sem as quais teria sido impossível concentrar tais fortunas e centralizar tão grandes capitais.

Esta chamada lei das indemnizações que acaba de ser aprovada, consagra assim a legitimidade dos piores e mais perigosos inimigos do 25 de Abril e da democracia, legítima todas as suas actuações antipopulares e antinacionais, legítima 48 anos de dominação e opressão premiando os seus verdadeiros autores, garantindo-lhes de novo as bases e a legalidade para conseguirem os seus negros e sórdidos objectivos e permitindo-lhes que, depois de explorar e oprimir o povo português, sobre ele tripudem.

A finalizar, registre-se que apenas o voto solitário do “independente” deputado Galvão de Melo acompanhou os votos favoráveis da bancada que apóia o partido do Governo. Curioso é constatar que, na votação de uma lei que representa claramente mais uma das capitulações da direcção do PS e do seu Governo perante as cada vez maiores ameaças e exigências dos partidos que na Assembleia representam os interesses dos monopolistas, do grande capital e dos latifúndios, estes adoptam uma attitude que, na aparência divergente, constitui uma “convergência” de posições para obrigar, no futuro próximo, o Governo a capitular ainda mais.

Assim, o CDS votou contra porque acha pouco; o PSD absteve-se porque embora achando pouco, sempre é melhor que nada. As exigências frontais do CDS vai o Governo, aos poucos e poucos, respondendo e capitulando perante a escalada progressiva das imposições do PPD. Aliás, a própria declaração de voto do especialista do PPD, Sousa Franco — especialista em conseguir impor ao PS e ao seu Governo as regras do jogo (capitalista) no campo económico — é bem elucidativa: esta lei é pouco, mas é melhor que não existir nenhuma lei, disse o representante do PPD, acrescentando que isso era preferível, aceitando por agora o sacrifício dos grandes accionistas.

Assim vai o Governo — e os deputados do partido do Governo — aprovando as leis que, por agora, vão restaurando o poder dos que aterrorizaram este país durante meio século.

CDS e PPD não condenam bombismo separatista

Os votos dos deputados comunistas, socialistas e do deputado proponente — o da UDP — fizeram com que a Assembleia da República aprovasse na passada segunda-feira um voto de protesto contra os recentes atentados bombistas ocorridos na ilha da Madeira, condenando os seus autores — o separatismo.

O PPD e o CDS não quiseram condenar tais actos. Estes partidos que, como é sabido, detêm a maioria eleitoral nas ilhas adjacentes e, por conseguinte, a responsabilidade dos governos regionais, lavaram as mãos na comodidade da abstenção. Por isso, um dos máximos responsáveis por um dos partidos — Sá Carneiro — tem vindo a dizer que, naquelas paragens — «tudo vai bem». Ou quereria antes dizer: «tudo vai bomba»?

Eleita a Presidência do Conselho Nacional do Plano

A Assembleia da República procedeu à eleição, por votação secreta, da Presidência do Conselho Nacional do Plano. Apresentou-se às urnas apenas uma lista — que veio a ser eleita — composta por Salgado Zenha (PS), Alfredo de Sousa (PPD), Pedro Vasconcelos (CDS) e Carlos Carvalhas (PCP).

Embora se tratasse de uma lista única, foram diversos os votos obtidos por cada um dos candidatos. Assim Salgado Zenha obteve 168 votos, Alfredo de Sousa 219, Pedro Vasconcelos 215 e Carlos Carvalhas 199.

Editorial

O ALARIDO ANTICOMUNISTA E A JUSTEZA DAS PROPOSTAS POLÍTICAS DO PCP

Continuação da pág. 1

Quer isto dizer que cada uma das decisões do PCP, cada uma das suas palavras de ordem, cada um dos seus actos políticos trazem a marca da sua natureza de classe e ao mesmo tempo da sua larga influência e da sua responsabilidade política e deveriam ser apreciados em todo o seu valor.

☆☆

As reacções dos círculos do PS às propostas do PCP mostram até onde vai o seu sectarismo político e até onde pode ir a sua opção capitalista de classe; mostram que a sua vergonhosa capitulação ante as exigências da reacção está apenas no começo e que no futuro as exigências da direita têm campo aberto na política do grupo dirigente do PS.

A seriedade das propostas políticas do PCP, à sua evidente constitucionalidade e justeza política, responderam os dirigentes de direita do PS com uma nova irrupção de anticomunismo primário e com o agravamento das medidas de recuperação capitalista, agrária e imperialista do seu governo. Em coro, Mário Soares, Jaime Gama, Manuel Alegre, Salgado Zenha e outros lançam-se na mistificação e na histeria anticomunista com argumentos ridículos que mais os afundam no conceito do Povo português e dos seus próprios correligionários.

Mário Soares não hesitou mesmo em tecer uma intriga entre o PCP e a Presidência da República. Perde o seu tempo. Os contactos que no quadro das suas relações políticas com os partidos o Presidente da República tem tido com o PCP revestem-se da maior franqueza e não deixam qualquer margem às insinuações caluniosas do secretário-geral do PS.

☆☆

É preocupante que o dr. Mário Soares, que é também Primeiro-Ministro, formule mais uma vez a ameaça da clandestinidade contra o PCP. É evidente que o sonho de ilegalização do PCP esquenta as cabeças de alguns dirigentes socialistas que neste ponto concordam com os mais secretos anseios da direita reacçãoária. Disse Mário Soares na sua conferência de Imprensa que o PCP tem a nostalgia da clandestinidade, que os dirigentes do PCP desejam passar uma vida de estadia em Moscovo, no exílio, como no passado, e outras patacoadas do estilo.

O secretário-geral do PS deve com certeza confundir o «exílio dourado» dos dirigentes do PCP com o seu próprio exílio político pela estranha. De facto, enquanto a imensa maioria dos dirigentes do PCP viviam em Portugal a dureza da luta clandestina ou sofriam nas prisões e nas mãos da PIDE as torturas do regime fascista, o secretário-geral do PS e vários dos seus companheiros de Ministério passavam razoavelmente a vida por Paris, Suíça e outros «duros» locais de «deportação».

Aos dirigentes do PCP não perguntaram nunca os fascistas se escolhiam o exílio ou a prisão como fizeram ao dr. Mário Soares. Não havia alternativa senão a prisão e algumas vezes a morte para os militantes clandestinos do PCP.

Fique tranquilo, dr. Mário Soares, que o PCP, condecorador como nenhuma outra força política das «docuras» da clandestinidade, lutará até ao fim pela legalidade democrática, pela defesa da Constituição, pela possibilidade de usar unicamente na sua acção os direitos e liberdades que a Constituição democrática do País garante a todos os portugueses. Não é o PCP que faz confusões clandestinas contra a Constituição.

☆☆

As preocupações do dr. Mário Soares pelas «bases» do PCP, que «não foram consultadas» sobre as decisões do seu Comité Central são tocantes.

O secretário-geral do PS certamente confundiu as «bases». Não seria talvez útil ao dr. Mário Soares ouvir as «bases» do seu próprio partido acerca da sua política capitaladora face às pressões da direita?

É que todos os dias vemos trabalhadores socialistas atacarem a direcção do PS, abandonarem o seu partido, manifestarem uma profunda discordância e desgosto pela política actual do Governo do PS e do seu grupo dirigente. Cada vez mais o vazio político se cava em torno da direcção do PS, empenhada em pleno na política de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

O dr. Mário Soares, Primeiro-Ministro, já admite

o alargamento a nível do governo da colaboração com PPD e através deste com o CDS, apesar da «base» trabalhadora do seu partido se opor abertamente a tal conluio.

Quanto às «bases» do PCP talvez seja útil ao dr. Mário Soares enviar alguns “submarinos” às sessões e comícios do PCP que o informem melhor do que fizeram no comício do dia 2 no Pavilhão dos Desportos e lhe digam da presença de inúmeros militantes do PS que ao lado dos comunistas aprovam as decisões do Comité Central do PCP.

Em contraste com o grupo dirigente do PS e os seus suportes do PPD e do CDS, a grande massa dos trabalhadores da cidade e do campo, entre eles milhares de socialistas, todos os que têm assistido indignados à vergonhosa capitulação de classe dos dirigentes de direita do PS, manifestam de maneira crescente uma renovada esperança e confiança na política consequente do PCP.

As propostas políticas formuladas pelo plenário do Comité Central do PCP em fins de Julho despertaram um profundo eco no seio das massas populares ao mesmo tempo que evidenciaram de maneira palmar o divórcio entre o Governo do PS e o Povo e os seus próprios militantes, o desligamento entre a política do grupo dirigente do PS e as realidades do País e os próprios militantes e eleitores.

☆☆

Também de um cómico irresistível são as especulações do sr. Manuel Alegre acerca da viagem de Álvaro Cunhal a Moscovo e as elocubrações que tece sobre o eurocomunismo. Pode naturalmente haver um nexo político entre as ideias políticas do sr. Manuel Alegre e o eurocomunismo. Não o encontrará com o PCP, que se mantém firmemente nas posições do marxismo-leninismo. Não sabemos o que pensarão os paladinos do eurocomunismo das palavras laudatórias daquele dirigente socialista de direita. É, porém, significativo que o eurocomunismo tenha um tal defensor, que se tem distinguido pelo seu anticomunismo primário e pelo seu ódio particular ao PCP.

Tudo este alarido anticomunista do grupo dirigente do PS tem contudo um objectivo: desviar as atenções das massas populares da contra-revolução legislativa que o PS juntamente com o PPD e o CDS levam a cabo na Assembleia da República; silenciar as propostas políticas do PCP ao País; garantir a passagem das posições económicas no sector público e intervencionado para as mãos do patronato sabotador e a entrega das terras, máquinas e gados das UCPs aos grandes senhores do latifúndio; liquidar o controlo operário; cercar as liberdades e os direitos dos cidadãos; reintroduzir de maneira crescente os métodos repressivos contra operários e camponeses.

Por isso o Comité Central do PCP, ante a inconstitucionalidade das leis aprovadas, sublinhou a falta de concordância entre a composição política actual da Assembleia da República e a vontade dos eleitores que a elegeram.

Por isso o PCP propôs ao País a realização de novas eleições, o que implicaria a substituição do Governo partidário actual por um governo isento que assegurasse a seriedade das operações eleitorais e dirigisse o País até à constituição de outro governo, representativo da vontade popular, e ainda a dissolução da actual Assembleia da República e nova eleição no prazo de 90 dias como determina a Constituição.

Por isso o CC do PCP propôs como alternativa a estas medidas o debate e a negociação urgente entre as forças políticas sociais mais largas de uma plataforma baseada na defesa da democracia e das conquistas da Revolução, capaz de arrancar Portugal da crise e de abrir o caminho a uma verdadeira recuperação económica e ao bem-estar social.

Por isso o CC do PCP propunha a suspensão da aplicação e da discussão das leis anticonstitucionais votadas ou a votar na actual Assembleia da República até à eleição de outra mais representativa ou até à formação de um governo de plataforma para resolver a crise.

São estas as propostas que o grupo dirigente do PS quer ignorar e silenciar, é o seu carácter constitucional e democrático que os dirigentes socialistas de direita querem esconder e deturpar.

Mas o Povo português, as forças democráticas, os militares patriotas têm uma palavra a dizer e di-la-ão certamente através das formas e dos meios que a Constituição preconiza e garante a todos os portugueses.

edições Avante!

PLB.

Konstantine Zaródov

A VIA PARA O SOCIALISMO

Nesta obra, Konstantin Zaródov estuda a essência e conteúdo da época contemporânea, os problemas da construção do socialismo e as perspectivas do processo revolucionário, detendo-se na análise das três forças revolucionárias principais do mundo actual: o sistema socialista mundial, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

JÁ À VENDA NAS LIVRARIAS

Preço: 90\$00

CDL a distribuição

CLASSE OPERARIA PARTIDO E POLITICA DE ALIANÇAS

Dieter Klamm e Kurt Schneider e Gisela Pawula

A Unidade não se impõe — esta se constrói — na base do reconhecimento dos interesses fundamentais que são comuns a todos os trabalhadores e da tendência determinante de desenvolvimento da Sociedade Portuguesa.

Esta obra trata-nos a experiência da Classe Operária da RDA e do PSUA na construção da unidade do Movimento Popular de Massas, por meio de uma política de alianças. Uma experiência a utilizar como material de reflexão por todos os democratas portugueses.

Preço 70\$00

CDL a distribuição

"DOSSIER" TERRORISMO

O terrorismo é a continuação por outros meios da acção dos partidos reacçãoários contra as conquistas da Revolução Portuguesa e as Forças que defendem essas conquistas

edições Avante!

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.: 769996/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.: 769744/769751

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel.: 769725/769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1 Tel.: 769744/769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1 Tel.: 769705
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — Porto Tel.: 28938
Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto Tel.: 310441
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra Tel.: 28364
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém Tel.: 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal Tel.: 24564
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcaçova de Bairo, 12 — Évora Tel.: 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — Faro Tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, tel.: 40605

Publicidade
Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 Tel.: 41787
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa 2 Tel.: 372238
Composto e impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Julho: 78 428

edições Avante!

ABC do Marxismo-Leninismo

Série A: Socialismo e o Estado Nº 13

Vida e obra de Karl Marx

Preço 12\$50

ABC do MARXISMO-LLENINISMO a sua pequena biblioteca

CDL a distribuição

Nos dias de Festa haverá ainda "stands" diversos, várias exposições, quermesses, além de um serviço de bar e cozinha regional.

A Festa abre todos os dias às 18 horas e os bilhetes estão à venda no Centro de Trabalho de Portimão e nas bilheteiras do recinto da Casa dos Pescadores.

Grandioso comício no Porto

MILHARES DE PESSOAS NO PALÁCIO DE CRISTAL

A firmeza revolucionária, a força da unidade antifascista, o entusiasmo vibrante e a confiança no futuro democrático do nosso país, foram as notas mais salientes do grandioso comício popular que o nosso Partido levou a efeito no passado dia 5, no Palácio de Cristal do Porto.

Ali acorreram cerca de 20 mil pessoas, homens, mulheres e jovens que estão com o PCP no combate pela defesa das conquistas de Abril, contra a reacção e o fascismo.

para conter a multidão presente — a determinação dos comunistas e do povo trabalhador do Norte em prosseguir a luta pela defesa da democracia, contra

um imponente painel vermelho com a inscrição "Unir em defesa da liberdade, travar a ofensiva da direita, lutar pelas conquistas de Abril" — sentaram-se os seguintes

e Óscar Lopes, efectivos: Avelino Gonçalves, Edgar Correia e António Abreu, suplentes.

Também presentes na mesa Virgínia Moura, Cassiano Abreu Lima, membro da Assembleia Municipal do Porto, eleito pela FEPU; Rainho, da Comissão Executiva da Comissão Central da UEC; e ainda camaradas de várias

da Secção de Cedofeita do Partido Socialista, Rufino Barbosa. "Reconheço que tendes razão, reconheço que falais por aqueles que, como eu, não têm tido oportunidade de se fazerem ouvir" — dizia Rufino Barbosa, que ainda há pouco tempo apareceu à cabeça da lista da moribunda "Carta Aberta", que concorreu às eleições para o Sindicato dos Calheiros, tendo sido derrotada por uma lista unitária.

Recebida com fortes aplausos e gritos repetidos de "Unidade!", a mensagem daquele militante socialista afirmava mais adiante: "Como trabalhador e partidário de uma política de esquerda, e na falta de sessões públicas do meu partido nesta cidade, desde a sua subida ao Governo tenho vindo a assistir periodicamente às vossas, nas quais me tenho sentido envergonhado por palavras de diversos oradores, em relação ao partido em que milito, o Partido Socialista".

"E digo envergonhado" — sublinha Rufino Barbosa — "porque sendo como o vosso um partido de trabalhadores, o meu partido vem fazendo uma política com apoio em partidos dos quais ainda num passado recente, nem a sua bandeira era admitida no nosso meio.

"Nós, trabalhadores socialistas sabemos que para o País sair da crise em que se encontra, são necessários sacrifícios. Mas sacrifício não significa desemprego, não significa medidas de austeridade em que os atingidos são sempre os trabalhadores e os seus agregados familiares, os reformados e a legião de desempregados existente" — refere ainda a mensagem do militante socialista, que a concluir salienta:

"Sacrifício não significa pôr as autoridades ao serviço das minorias, em prejuízo da esmagadora maioria, que são aqueles que trabalham, seja onde for o seu ofício ou a sua arte".

Durante o período de intervenções, as quais referimos à parte, usaram da palavra os camaradas Octávio Pato, António Gervásio e Ângelo Veloso, que foram calorosamente ovacionados pela assistência. Depois do camarada António Abreu, apresentador do comício, ter chamado os elementos da mesa, foram oferecidos diversos ramos de flores ao camarada Octávio Pato, momento que seria sublinhado com longos aplausos.

A sessão terminaria com um animado Canto Livre que contou com a participação de Luisa Basto e Luis Viegas.

MENSAGEM DE UM MILITANTE SOCIALISTA

Foi também lida a mensagem de um militante

organizações do Partido, nomeadamente do Comité Local do Porto, do Sector Intelectual, de Viana do Castelo e de Vila Real, além de alguns elementos das células do PCP, entre os quais se encontrava um trabalhador da empresa Sepsa.

No decorrer do comício foi lida uma saudação de um grupo de emigrantes presentes no Palácio de Cristal. Seria também particularmente aplaudida uma mensagem de apoio ao nosso Partido enviada por emigrantes que se encontram em França.

MENSAGEM DE UM MILITANTE SOCIALISTA

Foi também lida a mensagem de um militante

organizações do Partido, nomeadamente do Comité Local do Porto, do Sector Intelectual, de Viana do Castelo e de Vila Real, além de alguns elementos das células do PCP, entre os quais se encontrava um trabalhador da empresa Sepsa.

No decorrer do comício foi lida uma saudação de um grupo de emigrantes presentes no Palácio de Cristal. Seria também particularmente aplaudida uma mensagem de apoio ao nosso Partido enviada por emigrantes que se encontram em França.

No decorrer do comício foi lida uma saudação de um grupo de emigrantes presentes no Palácio de Cristal. Seria também particularmente aplaudida uma mensagem de apoio ao nosso Partido enviada por emigrantes que se encontram em França.

No decorrer do comício foi lida uma saudação de um grupo de emigrantes presentes no Palácio de Cristal. Seria também particularmente aplaudida uma mensagem de apoio ao nosso Partido enviada por emigrantes que se encontram em França.

No decorrer do comício foi lida uma saudação de um grupo de emigrantes presentes no Palácio de Cristal. Seria também particularmente aplaudida uma mensagem de apoio ao nosso Partido enviada por emigrantes que se encontram em França.

No decorrer do comício foi lida uma saudação de um grupo de emigrantes presentes no Palácio de Cristal. Seria também particularmente aplaudida uma mensagem de apoio ao nosso Partido enviada por emigrantes que se encontram em França.

No decorrer do comício foi lida uma saudação de um grupo de emigrantes presentes no Palácio de Cristal. Seria também particularmente aplaudida uma mensagem de apoio ao nosso Partido enviada por emigrantes que se encontram em França.

No decorrer do comício foi lida uma saudação de um grupo de emigrantes presentes no Palácio de Cristal. Seria também particularmente aplaudida uma mensagem de apoio ao nosso Partido enviada por emigrantes que se encontram em França.

No decorrer do comício foi lida uma saudação de um grupo de emigrantes presentes no Palácio de Cristal. Seria também particularmente aplaudida uma mensagem de apoio ao nosso Partido enviada por emigrantes que se encontram em França.

No decorrer do comício foi lida uma saudação de um grupo de emigrantes presentes no Palácio de Cristal. Seria também particularmente aplaudida uma mensagem de apoio ao nosso Partido enviada por emigrantes que se encontram em França.

No decorrer do comício foi lida uma saudação de um grupo de emigrantes presentes no Palácio de Cristal. Seria também particularmente aplaudida uma mensagem de apoio ao nosso Partido enviada por emigrantes que se encontram em França.

No decorrer do comício foi lida uma saudação de um grupo de emigrantes presentes no Palácio de Cristal. Seria também particularmente aplaudida uma mensagem de apoio ao nosso Partido enviada por emigrantes que se encontram em França.



2.ª ASSEMBLEIA DE ORGANIZAÇÃO DE S. DOMINGOS DE RANA

A II Assembleia da Organização de Freguesia de S. Domingos de Rana (Cascais) realizou-se no passado dia 30 de Julho. S. Domingos de Rana, local onde predominam os trabalhadores vindos, antes do 25 de Abril, dos campos do Alentejo para as fábricas do concelho de Cascais e para a construção civil, é, em virtude da consciência de classe de grande parte dos trabalhadores da freguesia, um local de forte implantação do nosso Partido.

No meio de grande calor partidário foi eleita por

unanimidade a nova Comissão de Freguesia, que ficou constituída por 80 por cento de operários industriais e 20 por cento de empregados.

No decorrer da Assembleia, os participantes invocaram a necessidade de cada vez mais os militantes do Partido se empenharem nas tarefas de contactos com as populações, salientando a necessidade de difundir o "Avante!" entre um cada vez maior número de leitores, bem como de melhorar a formação

ideológica dos militantes e consolidar a estruturação da organização.

O relatório de actividade da anterior Comissão de Freguesia foi aprovado por unanimidade.

A Assembleia terminou com a análise da situação política feita pela camarada Dora, da Comissão Concelhia de Cascais do PCP, e a aprovação de duas moções: uma de apoio à luta dos trabalhadores da COPAM e outra de repúdio pelos crescentes ataques às liberdades.

1.ª ASSEMBLEIA DE ORGANIZAÇÃO NA ALDEIA NOVA DE S. BENTO

Com a presença de 41 delegados, na sua maioria operários agrícolas e da Construção Civil, decorreu no cedeiro da UCP "Alvorada na Aldeia", a 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Aldeia Nova de S. Bento, do nosso Partido. Também presentes cerca

de 200 convidados, entre os quais se encontravam membros eleitos para a Junta de Freguesia pela FEPU e pelo Partido Socialista. A Assembleia, caracterizada pelo entusiasmo e pelo espírito de participação dos delegados, dividiu-se em duas partes. Na primeira, os trabalhos iniciaram-se

com a eleição do presidente da mesa e do secretariado. Depois da leitura e da aprovação do Relatório de Actividade apresentado pelo organismo de direcção cessante, foi eleita a nova Comissão de Freguesia que ficou constituída por 11 elementos. Tanto o relatório como a proposta de composição do novo organismo de direcção foram aprovados por unanimidade e aclamação.

Na segunda parte da Assembleia foram apresentados à assistência os membros da nova Comissão de Freguesia, seguidos das intervenções de vários camaradas, nomeadamente, de dois elementos da Comissão Distrital de Beja do nosso Partido. Depois de encerrados os trabalhos, houve uma animada sessão de Canto Livre.

ASSEMBLEIA NA RÉGUA

Reuniu recentemente em Peso da Régua a Assembleia Concelhia do PCP. Aos trabalhos, que decorreram num ambiente de entusiasmo e interessada participação e que contaram com a presença de 35 delegados, assistiram 45 convidados, entre os quais se encontravam delegações da FEPU e do MDP/CDE, um elemento do Secretariado do PS e um representante da Câmara Municipal.

aprovada a proposta da Comissão Concelhia.

Participaram nos trabalhos os camaradas Emídio, da DORN, Evaristo Fonseca da UJC e três elementos da Comissão Distrital de Vila Real.

No decorrer da Assembleia foi analisada a importância para o Concelho das actividades desenvolvidas pelos comunistas nas diversas freguesias e sectores de actividade, tendo em vista uma sempre cada vez melhor intervenção nas resoluções dos problemas comuns a todo o Concelho. Foram aprovados por unanimidade todos os Relatórios apresentados, tendo sido igualmente

que manifestaram desse modo a sua confiança e apoio ao PCP como grande partido dos trabalhadores.

No decorrer do comício-festa que se seguiu, o camarada Jaime Serra falou sobre a situação política explicando nomeadamente o conteúdo e alcance das propostas do CC do PCP para a saída da crise em que o país se debate.

Na parte artística actuaram o Rancho Coral Juvenil do Barrancão e a camarada Júlia Babo.

RIO DE MOINHOS JÁ TEM CENTRO DE TRABALHO

Com a presença do camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC e do camarada Américo Loal, membro do CC do nosso Partido, foi inaugurado, no passado sábado, um novo Centro de Trabalho do PCP, em Rio de Moinhos, aldea do concelho de Alcácer do Sal.

Centro populacional mais importante da UCP "Vitória do Sado", Rio de Moinhos assistiu ao festejo do acontecimento pelos comunistas e demais trabalhadores, homens e mulheres

que manifestaram desse modo a sua confiança e apoio ao PCP como grande partido dos trabalhadores.

No decorrer do comício-festa que se seguiu, o camarada Jaime Serra falou sobre a situação política explicando nomeadamente o conteúdo e alcance das propostas do CC do PCP para a saída da crise em que o país se debate.

Na parte artística actuaram o Rancho Coral Juvenil do Barrancão e a camarada Júlia Babo.

ASSEMBLEIA DA CÉLULA DA CML

Com a presença de 80 delegados e cerca de 78 convidados realizou-se a I Assembleia da Organização da Célula da Câmara Municipal de Lisboa.

A primeira parte da Assembleia foi ocupada pela apresentação e aprovação do relatório de actividades da célula, procedendo-se em seguida à eleição do novo Organismo de Direcção da Célula, bem como à eleição dos delegados e convidados à Assembleia do Sector.

No final, a camarada Alda Nogueira, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Lisboa, encerrou os trabalhos com uma intervenção política.

CAMARADAS FALECIDOS

Faleceu no passado dia 2, na freguesia de A-dos-Francos, onde residia há um ano, o camarada António Augusto Cruz de Oliveira, de 65 anos de idade, militante desde a clandestinidade do nosso Partido.

Antes de se deslocar para A-dos-Francos, onde viria a falecer, aquele camarada vivia em Lisboa, onde pertenceu à célula da freguesia dos Anjos, tendo feito parte da Junta de Freguesia.

★

Vítima de doença faleceu subitamente o nosso camarada Ricardo Miguel, membro da célula do PCP na Câmara Municipal de Lisboa, onde trabalhava há longos anos.

As famílias dos camaradas falecidos o colectivo do "Avante!" manifesta os seus sentimentos.

António Gervásio

A REFORMA AGRÁRIA FAZ TREMER OS INIMIGOS DA DEMOCRACIA

O Governo PS, aliado à direita, afasta-se da Democracia. Cada dia mais se orienta para a "Lei do Cacete". As suas leis anti-populares, cozinhadas nos gabinetes, de costas voltadas para os interesses do povo, encontram cada vez maior oposição das massas trabalhadoras. A "lei Barreto" é uma delas. Se quer aplicar essas leis ao serviço dos grandes capitalistas, dos agrários e do imperialismo estrangeiro, terá de recorrer cada vez mais à "Lei do Cacete". Porém, contra os trabalhadores, contra o povo, não há democracia!

Estas algumas das palavras proferidas pelo camarada António Gervásio, da Comissão Política do Comité Central do PCP, no decorrer do grande comício realizado no Porto.

Começando por transmitir aos operários e empregados, pequenos e médios agricultores e comerciantes, intelectuais, jovens e mulheres, ao povo da heroica e combativa cidade do Porto a saudação calorosa e amiga dos trabalhadores e do povo alentejano — dos obreiros da Reforma Agrária, conforme acentuou — o camarada António Gervásio disse logo no início da sua intervenção:

O povo português compreende que a destruição da Reforma Agrária seria um rude golpe na Democracia. Por isso ligou a defesa da Reforma Agrária à defesa da Liberdade e da Democracia.

E prosseguiu: A Reforma Agrária é uma questão vital para o povo português que deseja sair do atraso económico e da miséria. Sem realizar uma verdadeira Reforma Agrária não é possível o desenvolvimento económico e social do nosso País; não é possível acabar com a exploração, o desemprego e melhorar as condições de vida das populações rurais e do povo em geral; não é possível construir uma agricultura moderna, florescente e avançar para o socialismo.

Depois de ter salientado que a Reforma Agrária é, também, melhor das condições de trabalho e de vida dos pequenos e médios agricultores, o dirigente do PCP acentuou:

Se hoje há muitos milhares de pequenos agricultores sem terra, sem apoio financeiro

efectivo, sem organização, sem protecção, isso deve-se à política desastrosa e antinacional do Governo minoritário do PS. Se não fosse a criminosa ofensiva do Governo contra a Reforma Agrária, as UCAs poderiam hoje ajudar muito mais os pequenos e médios agricultores, mesmo os do Norte e Centro. Grande parte dos 500 000 hectares de terra, ainda por expropriar, poderiam ser entregues a milhares de

pequenos agricultores sem terra.

Depois de ter focado a importância das realizações da Reforma Agrária, que a qualificam como uma das conquistas maiores do povo português, apontando números que são incomodativos para os senhores Barreto e Portas, António Gervásio salientou:

Enquanto no Norte e no Centro os bombistas e terroristas destruíam os centros de trabalho dos partidos e organizações democráticas, incendiavam automóveis e espancavam cidadãos progressistas, no Alentejo e Ribatejo, os trabalhadores, organizados, levavam a cabo a grande realização portuguesa — a Reforma Agrária. Como o processo revolucionário é complexo! Se a Reforma Agrária não tivesse avançado pela mão e iniciativa dos trabalhadores agrícolas, hoje ainda não haveria Reforma Agrária em Portugal. A situação dos trabalhadores e das populações rurais do Sul seria, hoje, extremamente mais grave, as terras estariam incultas e abandonadas, os gados teriam desaparecido, milhares de trabalhadores estariam no desemprego e na miséria, a produção teria caído bruscamente, o pequeno comércio estaria com a corda na garganta e a democracia estaria mais ameaçada.

Depois de ter acentuado que a Reforma Agrária faz tremer os inimigos da democracia, António Gervásio passou a evocar os passos mais importantes da ofensiva contra esta conquista da Revolução que, conforme salientou, se acentuou a partir de Outubro do ano passado, e o agravamento dessa ofensiva a partir da entrada para o MAP de Barreto e Portas.

Após ter produzido duras e contundentes críticas à actuação do MAP e à Lei da Contra-Reforma Agrária, António Gervásio finalizou a sua intervenção dizendo:

A luta continua. Vamos ter batalhas renhidas pela frente. A defesa da Reforma Agrária e das outras conquistas da Revolução estão estreitamente ligadas ao alargamento e reforço da unidade, ao desenvolvimento da luta democrática dos trabalhadores e de todo o povo português.

A defesa das conquistas da Revolução, a defesa da Democracia e da Independência nacional exige hoje a dissolução do Governo actual, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições gerais, tal como apontou o Comité Central do PCP na sua última reunião de 31 de Julho do ano corrente.

Em torno da bandeira da liberdade e da Democracia, em torno da Constituição, a classe

operária, todos os trabalhadores manuais e intelectuais, todas as forças democráticas, os militares patriotas, todo o povo português terão força para defender a Reforma Agrária e as outras conquistas da Revolução. Venceremos os inimigos da Democracia! Os derrotados serão aqueles que se opõem à marcha dos povos para a Liberdade e o Progresso!

Ângelo Veloso:

HÁ TODAS AS CONDIÇÕES NO NORTE PARA QUE VENHA AO PARTIDO MILHARES DE NOVOS MILITANTES

Detendo-se em alguns aspectos mais recentes da situação político-social no Norte, o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC do nosso Partido, começaria por afirmar à multidão presente no comício: É com certa preocupação que venho voltar a estar na moda e teoria das minorias activas, a que alguns chamam teorias totalitárias. É uma teoria que está a servir para combater tudo o que cheira a progressista. (...) A realidade é que a pretensão de que são minorias eleitorais, há quem pretenda limitar a liberdade dos cidadãos portugueses, dos trabalhadores e dos comunistas, de todos os que discordam e lutam contra a recuperação capitalista. É com teorias destas que se quer justificar o espantamento de um jornalista em Mirandela e as perspetivas feitas no Norte e Nordeste pelos caciques. Mas é também com o mesmo pretexto que se arrancou e tentou impedir a propagação da política nas ruas do Porto e se deram dezenas e dezenas de pessoas, incluindo dois deputados. É uma teoria que cheira a fascismo por todos os lados (...).

Depois de interrogar se as chamadas minorias têm ou não o direito de exprimir o seu pensamento e lutar pelas suas opiniões, o camarada Ângelo Veloso salientou:

O escândalo da rádio e da televisão não pode continuar. A televisão associa a mais descarada censura e repressão internas, com o mais descarado periclitamento político. Como no tempo de Salazar e Marcelo a televisão é cada vez mais um puro órgão do Governo.

A rádio ainda recentemente propagandeou um comício do PS mas agora recusou anunciar este comício. Escreveu-nos mesmo uma carta dizendo que a partir de agora não anunciam

mais nenhuma realização partidária. Isto significa que, a partir de agora, os anúncios das realizações do PS e talvez do PPD e do CDS vão aparecer como noticiário. Isto é, passam a ser de borta.

Referindo que as limitações às liberdades políticas emparelham com o aumento descarado da repressão patronal nas empresas, Ângelo Veloso declarou:

Há milhares de suspensões, de despedimentos, de processos disciplinares que constituem autêntica repressão política camuflada. Na TMG o patrão declarou abertamente a dois trabalhadores que os despedia por motivos políticos, e já depois despediu mais 8. Na Ambar o patrão recusa readmitir trinta a quarenta trabalhadores a pretexto de não ter colocação para eles. Mas dentro da empresa afixou um cartaz a ameaçar de despedimento qualquer trabalhador que se solidarize com os despedidos. Na TABOPAN foram despedidos dois dirigentes sindicais e, como disse ao Presidente da República o nosso camarada Amadeu, aqui presente na mesa, há a ameaça de despedir mais umas centenas...

Na EFACEC foi despedida a Comissão de Trabalhadores. Na SACOR foram despedidos 17. Na RIOPELE estão 12 suspensos desde Fevereiro. Na SOFIL foram suspensos 8 da Comissão de Trabalhadores.

Na CARRIS do Porto estão ameaçados de castigo cerca de 1300 trabalhadores. Na DANTAS & GOMES, de Barcelos, são 7 os despedidos. Podiam citar-se centenas de outros exemplos, de Viana ou do Porto, de Braga ou Guimarães, de Vila Real ou de Bragança.

Os trabalhadores e o movimento sindical não se deixarão intimidar. O facto é que



Decorrem até à próxima segunda-feira os acampamentos da Juventude Trabalhadora de Lisboa e Setúbal (em Sesimbra, na Lagoa de Albufeira) e do Porto (porto de Esposende), os quais estão a movimentar centenas de jovens, em fraternais jornadas de solidariedade e convívio. A foto foi tirada no último fim-de-semana na Lagoa de Albufeira, onde cerca de duas centenas de jovens se juntaram aos trezentos que ali permanecem diariamente. A feliz iniciativa deve-se às Comissões de Juventude das União Sindicais.

EXCURSÃO AO GRANDE ACAMPAMENTO DA JUVENTUDE

Lagoa de Albufeira

Para os dias 13/14/15

Partida sábado às 7,30

do Marquês de Pombal

aceitam-se inscrições até

sexta-feira dia 12 às 14 horas

Preço

ida: 50\$00; ida e volta 75\$00

Inscreve-te já

no teu sindicato ou no

departamento da Juventude da USL

DISCURSO DE OCTÁVIO PATO NO PORTO

No discurso do grande comício realizado pelo PCP na passada sexta-feira, no Palácio de Cristal do Porto, o camarada Octávio Pato, encerrando a sessão, pronunciou o discurso de que a seguir transcrevemos partes significativas:

(...)
"O Comité Central do PCP considerou que a aprovação na Assembleia da República, pela aliança PS-PPD-CDS, de uma série de leis dirigidas contra os interesses vitais do povo português, voltadas para a destruição das conquistas da revolução, inteiramente viradas para servir os interesses dos grandes capitalistas e agrários, marca o início de uma nova e perigosa fase no processo democrático português.

A articulação num todo único deste conjunto de leis — Lei sobre a Delimitação do Sector Público e Privado, Lei sobre o Controlo Operário, Lei Barreto e revogação de leis da Reforma Agrária e do Arrendamento Rural, Lei das Indemnizações aos monopolistas e latifundiários — representa uma ofensiva geral e planeada contra as principais conquistas democráticas e transformações socioeconómicas realizadas no curso da revolução, e que, a não ser travada — e estamos certos que o será — poria em risco a democracia portuguesa e a liberdade do povo português.

O Comité Central do PCP chamou a atenção do povo português de que o objectivo desta ofensiva já não é apenas a recuperação de posições, aqui e ali, por parte do grande capital associado ao imperialismo, e dos latifundiários, mas sim a restauração do seu poder económico e político.

Aliando-se abertamente ao PPD e ao CDS para impor ao País uma série de leis que violam gravemente numerosas disposições fundamentais da Constituição da República, o governo do PS toma-se deste modo um instrumento directo da política do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo contra as classes trabalhadoras e o povo português.

Trata-se de uma política de completa e vergonhosa capitulação perante os interesses daqueles que constituíram a base económica e social do fascismo."

(...).

Uma política contra a vontade popular

"Esta política do Governo, aliado ao PPD e ao CDS, é em primeiro lugar uma política realizada contra a vontade popular, contra as opiniões, os sentimentos e aspirações da maioria dos trabalhadores e do povo português."

(...).

"A Lei da Delimitação do Sector Público e Privado votada pelo PS com a direita foi firmemente repudiada pelos trabalhadores portugueses, pelo movimento sindical, pelos trabalhadores das empresas nacionalizadas.

A nova Lei da Greve votada pelo PS com a direita e que representa graves limitações para o exercício desse direito fundamental dos trabalhadores, mereceu uma firme denúncia dos sindicatos e da sua central sindical única, independente e democrática — a prestigiosa CGTP-IN.

A Lei sobre o Controlo de Gestão e as Comissões de Trabalhadores, votada pelo PS com a direita, foi amplamente denunciada por todo o movimento operário como pretendendo liquidar de facto o controlo operário, representando uma intolerável e inadmissível ingerência do Governo na organização e direitos das Comissões de Trabalhadores.

A lei Barreto contra a Reforma Agrária e de revogação do Arrendamento Rural não só encontrou pela frente uma intransigente oposição dos mais directamente por ela atingidos — os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores da zona de intervenção e os rendeiros do Centro e do Norte — mas também de um fortíssimo movimento de opinião democrática que com uma enorme força se afirmou em defesa dessa grande e histórica conquista da Revolução portuguesa.

A Lei das Indemnizações aos monopolistas e latifundistas, que lhes concede milhões de contos, mereceu também uma firme indignação de todos os portugueses que não podem compreender que não haja dinheiro para fazer frente aos problemas que afectam o nosso povo: que não haja dinheiro para apoiar os esforços patrióticos dos trabalhadores da Reforma Agrária, das empresas intervenionadas, em autogestão; que não haja dinheiro para ajudar os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais; mas haja afinal, entre 100 a 300 milhões de contos (porque nem o Governo sabe a quanto montam as indemnizações) para que os Melos, os Champalimaud, os Espírito Santo, os Cupertino, os Quinas, as cem famílias que dominavam Portugal, possam restaurar o seu poder à custa do dinheiro do povo português."

(...).

Quem indemniza o povo português?

"E já que estamos a falar de indemnizações, há várias perguntas que legitimamente se podem fazer: quem indemniza os trabalhadores portugueses da exploração, dos baixos salários, da fome e da miséria que sofreram durante décadas e décadas de fascismo, como resultado do poder económico e político dos grandes monopolistas e agrários que o Governo agora contempla com milhões de contos? Quem indemniza o País de décadas de rapina, de escandalosa delapidação dos recursos e riquezas nacionais feita em proveito dos que agora vão sendo indemnizados?

Quem indemniza o povo português da repressão, das prisões, da tortura, das violências do fascismo que os monopolistas e agrários apoiaram dedicadamente?

Quem indemniza as centenas de milhares de jovens que em 13 anos foram sujeitos à injusta e brutal guerra colonial e nela morreram ou ficaram mutilados para exclusivo benefício dos mesmos que agora vão receber milhões?

Quem indemniza o regime democrático saído do 25 de Abril da sabotagem económica, dos desvios de fundos, das fraudes, dos despedimentos, realizados a seguir ao 25 de Abril pelos mesmos que vão ser agora chorudamente indemnizados?

Desafiamos o Governo e o PS a que tenham coragem de dar ao povo português a resposta a estas perguntas e a explicarem ao País onde está a moralidade e a justiça destas indemnizações.

Desafiamos o Governo a ter a coragem de publicar em todos os jornais e a divulgar na televisão os nomes e as quantias que vão caber aos principais beneficiários destas escandalosas indemnizações! E que depois tenham também a coragem de vir pedir austeridade e sacrifícios aos trabalhadores."

(...).

"São também leis votadas contra a vontade da grande maioria dos próprios eleitores socialistas. São leis que renegam o Programa do Partido Socialista, assim como o seu programa eleitoral para a Assembleia da República e até o próprio Programa de Governo.

Isto define bem o completo desprezo do grupo dirigente do PS pelos sentimentos e aspirações democráticas dos seus militantes e eleitores. Isso define bem uma política sem princípios nem vergonha, através da qual, de negociata em negociata com a direita, se renegam em favor de grandes capitalistas e agrários, programas e ideias próprios que, pelo seu carácter progressista, tiveram largo apoio eleitoral.

Mas além de serem contra a vontade popular e de serem contra programas a cujo cumprimento o PS estaria moralmente obrigado, estas leis agora aprovadas constituem ao mesmo tempo uma política de catástrofe para a economia portuguesa.

São leis contra as realidades objectivas da situação portuguesa, e contra as necessidades do seu desenvolvimento e progresso.

Hoje, em palavras, praticamente ninguém se atreve a negar que sem os trabalhadores não há solução para os problemas nacionais, nem saída para a crise económica.

E, no entanto, não se fez até aqui outra coisa senão hostilizar, reprimir e desprezar os trabalhadores e tentar boicotar a sua intervenção construtiva na vida nacional. Isto quer dizer que o Governo, em vez de se aproximar das forças sociais e políticas que podem ajudar a salvar o País do desastre, se alia descaradamente aos que querem conduzir a economia ao caos e a democracia à derrota. Isto é, alia-se ao PPD e ao CDS, à CAP e à CIP, e submete-se ao imperialismo."

(...).

Os factos mostram que o Governo do PS, sozinho em palavras, mas de facto aliado à direita, não serve a democracia portuguesa, nem o povo, nem o País. O governo PS constitui no momento actual para os grandes capitalistas e agrários um instrumento ideal para a defesa dos seus interesses e para a preparação de um governo da reacção.

Instrumento ideal porque o PS se presta completamente a fazer a política do PPD e do CDS e a realiza sob a capa demagógica de um Governo que se diz socialista.

E se é um facto incontestável haver crescente descontentamento em centenas de milhares de eleitores do PS pela violação dos seus compromissos eleitorais, também é verdade que um grande número de cidadãos, não estando de acordo com esta política, também não a combate por se iludir com a circunstância de ser um Governo com o nome Socialista.

Em tal situação, realizando o PS a política realizada pela direita, estando claro que o PS se orienta deliberadamente para alianças estáveis com a direita, o Comité Central do PCP considera que deixou de fazer sentido que na Assembleia da República o Grupo Parlamentar do PCP apoie o Governo do PS em momentos difíceis resultantes de ameaças eventuais do PPD e do CDS.

Prevenimos muitas vezes o PS de que o PCP não seria muleta de uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista. Não se tornaria cúmplice, ainda que indirecto, da ofensiva contra os interesses dos trabalhadores e da democracia portuguesa."

(...).

"Perante a nova perigosa fase em que se encontra a democracia portuguesa, o Comité Central do PCP, voltou a considerar com profunda atenção as possibilidades de se alcançar uma solução democrática e constitucional que permita ultrapassar as dificuldades da situação actual."

(...).

As propostas do PCP

"A este propósito o Comité Central recordou que o PCP tem salientado incessantemente a necessidade de um profundo exame conjunto da situação por todas as forças políticas e sociais interessadas no prosseguimento do processo democrático.

O Comité Central reafirmou "a urgência de um tal exame com vistas ao estabelecimento de uma plataforma que impeça os efeitos catastróficos da série de leis agora aprovadas e que conduza à formação de um governo que respeite a Constituição e faça Portugal sair das dificuldades."

O Comité Central reafirmou de forma extremamente clara que o PCP "continua pronto a participar num tal exame com a determinação de dar uma contribuição construtiva para a elaboração de uma plataforma democrática e patriótica."

(...).

"Ao mesmo tempo o Comité Central do PCP, tendo em conta que a grande maioria dos deputados socialistas faltaram aos compromissos assumidos perante o eleitorado, ao votarem com a direita numa série de leis que o eleitorado em Abril de 1976 não podia prever, nem admitir aquando das eleições de 1976, e que em consequência deixaram de corresponder e reflectir os sentimentos e a vontade do eleitorado, fez ao País uma nova proposta política como forma de alcançar uma solução constitucional e democrática."

(...).

As reacções do PS, PPD, CDS

"Das reacções do PS, do PPD e do CDS à nova proposta política do PCP, o menos que se pode dizer é que confirmam inteiramente a sua justeza e a sua oportunidade.

Desorientação, desespero e medo, eis o estado de espírito que as inúmeras declarações de responsáveis do PS, do PPD e do CDS revelam. Desorientação, desespero e medo que procuram afanosamente disfarçar enveredando pelas calúnias e intrigas mais torpes, pelas ameaças veladas, pelas falsificações mais escandalosas da posição do PCP, pelas acusações mais ridículas e fantasiosas.

As declarações feitas pelo dr. Mário Soares e publicadas nos jornais de hoje, são como um índice do caminho percorrido pelo PS no sentido da direita, caminho que estava encoberto para muitas pessoas, mas que as propostas do PCP ajudaram a desvendar e a desmascarar.

Mas nada consegue escamotear a profunda evidência e a principal conclusão que resulta das suas reacções:



o PS, o PPD e o CDS têm medo da realização de novas eleições gerais, têm medo da expressão da vontade popular, têm medo do julgamento que o povo fará nas urnas da política que têm levado a cabo contra as conquistas da revolução e contra os interesses de Portugal como País livre, democrático e independente.

Contra as principais críticas do PS e da direita é preciso deixar bem claro:

1.º. A proposta política que o PCP põe à consideração do País é perfeitamente constitucional e apoia-se exclusivamente nos mecanismos que a Constituição prevê para situações graves, como é indiscutivelmente aquela que vivemos;

2.º. A proposta de suspensão das leis em vigor é perfeitamente legal e baseia-se na circunstância de as mesmas terem sido aprovadas em clara violação da Constituição e dos sentimentos e vontade do eleitorado e do quadro político saído das eleições de Abril de 1976;

3.º. A dissolução da Assembleia da República é uma consequência constitucionalmente decorrente da realização de novas eleições gerais."

(...).

"São inúteis as acusações de que o PCP está a adoptar uma atitude agressiva e intransigente perante o Governo e o PS. Nada mais falso, nada mais fora das realidades e da acção política passada e presente do PCP.

Desde Abril deste ano que o PCP vem insistindo inafatigavelmente na necessidade de um amplo exame da situação e de uma ampla negociação entre as forças sociais e políticas, que se identificam sem reservas com a Constituição para o estabelecimento de uma plataforma patriótica que permita sair da crise.

Na sua Conferência Nacional, realizada em 4 e 5 de Junho, o PCP, voltando a reclamar a suspensão da ofensiva de destruição contra as conquistas da revolução insistiu novamente e com redobrado vigor na urgência da discussão e negociação de uma ampla plataforma democrática, admitindo mesmo como base para essa plataforma a manutenção das actuais fronteiras e limites (o statu quo) entre as diversas formações económicas hoje existentes — sector nacionalizado, UCPS, Cooperativas, empresas em autogestão, sector capitalista, pequena produção agrícola e industrial. Da parte do PS, completo silêncio em relação a esta proposta, ao mesmo tempo que continuavam os ataques às nacionalizações, a política arbitrária, ilegal e prepotente do MAP na zona da Reforma Agrária, as devoluções ao patronato sabotador de empresas que os trabalhadores salvaram, os saneamentos à esquerda, o desprezo pela opinião dos trabalhadores e das suas organizações de classe.

Ao longo de meses, tanto nos contactos com o Governo, como nos trabalhos da Assembleia da República, o PCP manifestou constantemente o propósito de dialogar com intenção construtiva, de estabelecer acordos para a defesa das conquistas da Revolução. Da parte do Governo e do PS, nem um sinal de disposição sincera de encontrar soluções conjuntas aceitáveis.

Em relação às últimas leis aprovadas na Assembleia da República, o PCP deu provas da maior maleabilidade e flexibilidade, empenhou-se até ao último momento na tentativa de conseguir fazer aceitar pelo PS alterações que atenuassem as consequências mais graves dessas leis. O PS preferiu entender-se e conluar-se com a direita reacçãoária.

Se há intransigência, agressividade e intolerância, não é da nossa parte mas sim da parte do PS.

Não é o PCP que, com a sua proposta política, empurra o PS para a direita. O PS caminhou para a direita pelos próprios pés dos seus dirigentes.

Não é o PCP que se afasta do PS mas sim o PS que se deixa aborver pela direita e com isso se afasta da Constituição, dos seus eleitores, do povo português, dos interesses da democracia portuguesa.

A proposta do PCP é um aviso muito sério aos responsáveis e militantes do PS que porventura ainda não tenham percebido que seguem a caminho do desastre e do suicídio do seu Partido, como partido democrático."

(...).

Política de unidade e acções de massas

"Para vencer os perigos que ameaçam as conquistas da revolução e o regime democrático, para travar a ofensiva geral contra os interesses dos trabalhadores e do povo português, é indispensável no momento actual mais do que nunca prosseguir uma firme e audaciosa política de unidade em relação a todos quantos estão com os ideais do 25 de Abril e intensificar as acções de massas como a mais sólida garantia da construção de uma alternativa democrática à política e ao Governo actual."

(...).

"Hoje, a indignação e o descontentamento alastram justamente entre os eleitores do PS e mesmo do PPD, que vêem miseravelmente traídas as suas aspirações.

Nun movimento regular e constante que já vem desde as eleições para as autarquias, cresce e fortalece-se nos principais planos da vida social, a torrente unitária diariamente aumentada por todos quantos compreendem que a unidade, o entendimento e a acção comum entre os democratas é uma condição indispensável para defender as conquistas de Abril.

É imperioso ampliar essa torrente, empenhando-nos com audácia e entusiasmo numa vasta acção de esclarecimento, estabelecendo um diálogo aberto e construtivo com todos os democratas que hoje estão desiludidos com a política do PS e com a sua aliança com a direita, propondo o exame dos problemas actuais com vista à adopção de acções comuns em defesa de interesses comuns."

(...).

Uma actuação aberta

"Manifestações e práticas sectárias, sendo condenáveis sempre e em qualquer circunstância, teriam além do mais gravíssimas consequências num momento em que é decisiva a unidade da classe operária e dos trabalhadores em geral, o reforço da aliança com o campesinato, o diálogo, o entendimento e acção comum de democratas de todas as tendências.

Prevenimos e alertamos os militantes do Partido e todos os democratas para que, uma coisa é a firme denúncia da política do Governo e das suas alianças com a direita e outra coisa é a atitude e o comportamento que deve ser adoptado em relação, não só àqueles democratas e socialistas que estão descontentes com a política do Governo, mas mesmo — e por maioria de razão — em relação aos que ainda possam estar iludidos com essa política."

Não é o Governo nem o grupo dirigente do PS que cada um de nós encontra todos os dias ao virar da esquina, nos locais de trabalho, nas ruas onde moramos. Quem aí encontramos são compatriotas que, no fundamental, têm conosco aspirações comuns, que desejam viver em liberdade e ter uma vida melhor, são homens e mulheres que, descontentes ou ainda iludidos, são necessários para que a democracia portuguesa sobreviva. Atirar para cima deles, com hostilidade e agressividade, a indignação que justamente sentimos pela política do Governo, seria não só um erro como uma manifestação de grave incompreensão sobre as tarefas da hora presente."

(...).

Novas responsabilidades

"Desejariamos ainda alertar para que nenhum militante do Partido pense que com a orientação agora definida pelo Comité Central, desaparecem as dificuldades, se atenua a real complexidade da situação política, ou diminuam a necessidade do rigor e da maleabilidade com que os comunistas devem agir na vida nacional.

Pelo contrário, o que a nova e perigosa fase da democracia portuguesa coloca aos comunistas e com eles a todos os democratas que querem defender as conquistas da revolução, são novas e mais pesadas responsabilidades, é uma ainda maior necessidade de um profundo conhecimento da situação política e das posições do Partido, de uma ainda maior ligação às massas, de uma renovada capacidade de apreensão dos seus problemas concretos e das suas aspirações."

Pelo reforço do PCP

"O Comité Central apela a todas as organizações e a todos os militantes para que se empenhem com a maior energia e entusiasmo nesta tarefa de trazer às fileiras do Partido milhares de trabalhadores, de jovens e mulheres, de democratas que podem ter a certeza de que no PCP encontrarão um Partido que respeita o seu Programa, onde floresce uma intensa vida democrática interna, onde a solidariedade e fraternidade são normas essenciais de conduta, onde se trabalha e se luta para tornar mais sólida a democracia portuguesa e para aproximar o caminho para o socialismo que a Constituição consagra."

(...).

As ameaças e dificuldades serão vencidas

"A democracia portuguesa vive momentos difíceis.

Mas os comunistas e os trabalhadores, todos os homens e mulheres que na nossa Pátria permanecem firmes na defesa dos ideais de Abril e da Constituição não temem nem ameaças nem dificuldades.

Levam consigo, em cada dia e em cada luta, a experiência acumulada em muitas décadas pela classe operária. Levam consigo a experiência heróica da resistência ao fascismo. Levam consigo a exaltante e generosa luta do nosso povo e dos militantes patriotas para que houvesse o 25 de Abril e para que o 25 de Abril sobrevivesse. Levam consigo os ideais da liberdade, da democracia, do progresso social, da independência nacional e do socialismo.

Levam consigo, em cada dia e em cada luta, a certeza de que a causa dos trabalhadores e da Pátria acabará sempre por triunfar.

O PCP, Partido da verdade, da esperança e do futuro, garante aos portugueses que, em todas as circunstâncias, dará todas as suas forças e energias, não poupará nem esforços nem sacrifícios, para que a democracia portuguesa resista e se consolide, para que as conquistas da revolução sejam defendidas, para que o nosso povo possa, com as suas próprias mãos, construir a vida melhor a que aspira e tem direito."

FESTA do AVANTE!
9.10.11 de SETEMBRO
VALE do JAMOR



A VENDA DA EP CONSTRÓI A FESTA!

Há um tema obrigatório nas conversas dos comunistas e dos amigos do Partido, que é sobre a Festa do «Avante!». E, quando se chega ao fim das primeiras frases, uma pergunta surge sempre. «Já compraste a tua EP?»

Com efeito é com entusiasmo que milhares de camaradas abordam amigos e conhecidos, camaradas de trabalho, é com entusiasmo que temos visto as organizações do Partido, células de empresa fixarem metas de venda da EP e avançarem na sua distribuição.

E vender a EP não é apenas divulgar a Festa do «Avante!». É sobretudo contribuir para que esta seja desde já um êxito, para que ela seja possível. Todos sabemos que uma realização desta grandeza requer um grande investimento, sobretudo de militância, mas também de dinheiro. E assim vender a EP é contribuir para erguer a Festa, e assim enviar regularmente as quantias que são o produto da venda, às respectivas organizações, é corresponder ao carinho que tem acolhido a venda.

Vender a EP é investir na construção da Festa!

Enviar prontamente o dinheiro é assegurar a eficácia desse investimento, é contribuir já e directamente para as despesas que são actualmente feitas!



Militantes da UJC, da UEC e outros camaradas que participaram na jornada de trabalho

JOVENS DA UEC ACAMPADOS NO VALE DO JAMOR

Em tempo de férias, em vésperas de Festa, houve quem escolhesse o Vale do Jamor para passar as primeiras e trabalhar nas segundas. Naquela área de 150 000 metros quadrados que se vai rápida e progressivamente transformando para acolher em Setembro e durante três dias centenas de milhares de pessoas, junto a acolhedoras sombras de árvores, estão instaladas desde 1 de Agosto algumas dezenas de barracas.

Aí têm habitado jovens camaradas da UEC que escolheram esta tarefa para as suas férias. Vários turnos já por lá passaram e o entusiasmo no trabalho tem sido exemplar. Até agora os responsáveis pelo acampamento calculam em perto de 200 os jovens comunistas que têm escolhido

o Vale do Jamor, o Vale da Festa para passar um período das suas férias. Mas muitos mais ainda virão, pois o acampamento manter-se-á, inclusivamente durante a Festa.

O «Avante!» esteve no local e teve oportunidade de trocar impressões com o camarada Vítor Ferreira, da UEC, que é o responsável pela gestão do acampamento. Este camarada começou por nos revelar o programa que, diariamente, os jovens comunistas cumprem:

“Bom, levantamo-nos às seis e meia da manhã e começamos imediatamente a trabalhar. Paramos às onze para almoçar. A maior parte das vezes almoçamos por turnos, porque vamos comer a uma *tasquinha* que há aqui perto e onde não cabemos

todos de uma vez. Depois, como devido ao calor, é praticamente impossível trabalhar aqui depois de almoço, fazemos uma paragem no trabalho até às 17 horas. Às 17 recomeçamos a trabalhar e paramos às 19 horas”.

O camarada Vítor Ferreira fez questão de salientar o facto de o despertar ter lugar às seis e meia da manhã o que, conforme acentuou, “tratando-se de estudantes, é um facto notável”.

Até agora, os jovens camaradas da UEC têm participado nas tarefas de desbravamento do terreno. Nas horas de lazer, o convívio nasce espontâneo e sadio, como é próprio de jovens comunistas. Com a colaboração da SIP do PCP, procedem inclusivamente

à passagem de filmes. No dia em que o «Avante!» lá se deslocou estavam a pensar projectar nessa noite o filme “Lenine em 1918”.

O camarada Vítor Ferreira, ao longo das impressões que trocámos, salientou o facto de o ensino secundário estar a responder mais prontamente a esta louvável iniciativa. “O período que agora decorre — disse-nos — é o mais fraco e por isso queremos lançar um apelo para que mais jovens venham passar aqui um período das suas férias. Mas é fundamental que tragam

uma, ou mais tendas, porque já estamos a lutar com falta de tendas”.

À despedida, ainda nos quiseram salientar o alto apreço em que tiveram a ida do camarada Dias Lourenço ao local do acampamento.

Eis pois, uma curiosa e útil iniciativa que várias dezenas de jovens comunistas ergueram naqueles 150 mil metros quadrados de terreno que, a breve trecho e com o seu trabalho, se transformarão em 150 mil metros quadrados de uma grande Festa.

Promoção da Festa do «Avante!»

CONVÍVIO NO TEATRO VASCO SANTANA

Inserida na promoção da 2.ª Festa do «Avante!», decorreu recentemente, no Teatro Vasco Santana, uma entusiástica jornada de convívio promovida pela 6.ª Zona de Lisboa do nosso Partido.

A iniciativa — a primeira de um vasto programa desta organização contou com a presença do camarada Aurélio Santos, membro do Comité Central do PCP e da Comissão Organizadora da Festa do «Avante!».

No decorrer da jornada, em que participaram cerca de 450 pessoas (entre as quais muitos visitantes da Feira Popular de Lisboa, em cujo recinto se encontra o teatro Vasco Santana), actuaram os Grupos

de Intervenção «Povo Unido» (GIPU), «Unidade na Acção» e «25 de Abril», e os Grupos de Teatro «Ensaio» e «Função Pública». O camarada José Manuel Osório também participou na sessão.

Logo após o intervalo, o camarada Aurélio Santos — acompanhado de Isabel Castanheira, Isabel Gomes e Carlos Castanho (membros da Comissão da Festa do «Avante!» da 6.ª Zona) e de António Cordeiro, do Comité Local de Lisboa do PCP — subiu ao palco, tendo proferido uma breve intervenção sobre a Festa, nomeadamente sobre o trabalho de organização e preparação.

Renato Nicolai

O AUTOR DE «OS MEUS 7 FILHOS» ESTARÁ ENTRE NÓS NA FESTA

Quem nos visita na Festa do «Avante!»? Podemos já desvendar algumas surpresas para os dias 9, 10 e 11 de Setembro, no Jamor. Lá estarão connosco nomes muito conhecidos, portugueses e estrangeiros. Para viverem connosco essas jornadas de fraternidade, para compartilharem connosco as nossas e as suas experiências.

Desta vez anunciamos um escritor. Um escritor italiano, já conhecido de muitos dos que leram o livro «Os Meus 7 Filhos», editado na Coleção «Resistência» pelas edições «Avante!».

É, com efeito, Renato Nicolai quem virá para nos conceder os seus autógrafos, para participar em colóquios, para nos trazer ao vivo o testemunho da resistência antifascista italiana, testemunho uma vez recolhido das memórias de Alcide Cervi, o velho camponês, pai de 7 heróis imortalizados no livro, símbolo da resistência de milhares de outros homens simples como eles que — como diz o prefácio — na Itália, na Europa, em todos os países do Mundo, foram arrancados à sua vida de todos os dias — ao trabalho, ao amor, aos afagos das esposas, às brincadeiras dos filhos, às conversas dos amigos — para se armarem e matarem e serem mortos.

É desta luta que Nicolai nos fala no seu livro, é ainda desta luta que nos vamos recordar em convívio com ele e com todos os que, na Festa do «Avante!» nos acompanharem — comunistas ou simples democratas cujos ideais de justiça não farão nunca esquecer o fascismo e as suas ameaças.

Jornalista que é, Renato Nicolai, o amigo que vamos encontrar na Festa do «Avante!», apaga-se como personagem ao escrever a história dos sete irmãos que o nazismo e o fascismo assassinaram, para que a História surja das palavras do pai Cervi, o narrador da história, uma história reconstituída a partir dos elementos ainda tão vivos na memória dos familiares e nos amigos dos sete heróis que Renato Nicolai ouviu antes.

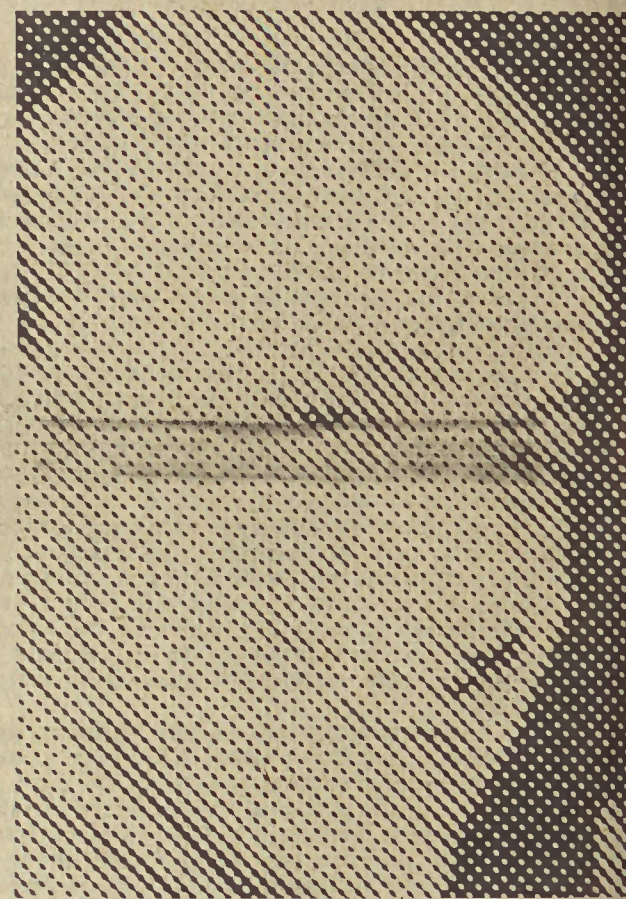
Autor de uma obra conhecida em todo o mundo, Nicolai é também conhecido e vamos ter a oportunidade de conviver com ele numa festa em que a luta antifascista também é recordada, em que essa luta pela liberdade em todo o Mundo é celebrada por tantas representações internacionais que

quiseram juntar às nossas as suas vozes e as suas lutas.

O livro e o autor encontrar-se-ão na cidade do Livro e do Disco, um livro que tem sido um êxito e que vai sê-lo mais ainda.

Editado pela primeira vez em 1955, o seu êxito popular, em Itália, foi tão imediato que poucos meses depois o júri do prémio Viareggio lhe dedicou uma menção especial como abertura ao seu documento sobre os prêmios e, ainda no mesmo ano, já alcançava a terceira edição.

Uma edição popular, meio milhão de exemplares, esgotou-se nos seis meses seguintes, enquanto as traduções se espalhavam por catorze países estrangeiros. Portugal, que já vai conhecendo a obra, vai conhecer ao vivo o seu autor.



Um aspecto do acampamento da UJC/UEC no Vale do Jamor

SÁBADO DOMINGO SEGUNDA

Vamos trabalhar para o Jamor!

Uma grande iniciativa da UJC e da UEC

FESTIVAL DESPORTIVO DA FESTA DO ‘AVANTE!’

Integrado na Festa do “Avante!”, a União das Juventudes Comunistas e a União dos Estudantes Comunistas organizam nas manhãs de sábado e de domingo, 10 e 11 de Setembro (das 9 às 13) um Festival Desportivo que decorrerá nos campos de treino do Estádio Nacional, que confinam com o recinto da nossa Festa. Aqui se publicam os elementos sobre esta grande iniciativa juvenil!

MODALIDADES

Futebol

São as seguintes as modalidades previstas:
Futebol de 11 – Realizam-se seis mini-torneios para vinte e quatro equipas.
Futebol de 5 – Realizam-se oito mini-torneios para quarenta e oito equipas.
As equipas participantes serão seleccionadas de acordo com uma justa distribuição por zonas de entre o total das equipas inscritas. As equipas escolhidas e o calendário de jogos serão divulgados oportunamente.
Além de trazer equipamentos próprios, cada equipa deverá apresentar também 3 árbitros (futebol de 11) e 2 árbitros (futebol de 5) que podem ser membros da equipa uma vez que irão arbitrar outros jogos.

Atletismo

Estafeta de 12 000 metros, dividida em quatro percursos (1 500+2 500+3 500+4 500 metros) a disputar por equipas de quatro atletas.
Pentatlo da Festa do “Avante!”, conjunto de cinco provas (100m. 400m. salto em comprimento, lançamento de peso de 6,5 kg e 4,5 Kg e 5 000m.) a disputar por equipas femininas e masculinas de cinco elementos cada um dos quais realizará uma prova. Haverá também um pentatlo para os mais novos.
Provas livres de 100, 400 e 500 metros a efectuar entre os pentatlos e com inscrições no local.

INSCRIÇÕES

A inscrição é aberta a todos os participantes. Torna-se apenas necessário remeter em carta, até 31 de Agosto, o cupon que publicamos abaixo, devidamente preenchido acompanhado das seguintes quantias em vale ou selos do correio:

Equipas de futebol de 11	100\$00
Equipas de futebol de 5	50\$00
Equipas para a estafeta	40\$00
Equipas para o pentatlo	50\$00

Para as provas livres a inscrição no local deverá ser

acompanhada pelo pagamento de 10\$00.
Os cupons de inscrição e as quantias indicadas podem ser remetidas para as sedes da UJC – Av. Duque de Loulé, 111-1.º – Lisboa ou para a sede da UEC – Rua Sousa Martins, 8 Lisboa.

PRÉMIOS

No final do torneio serão atribuídos 208 prémios que consistem num diploma com um talão destacável que dá direito a aquisições no valor de 100\$00 na Cidade do Livro e do Disco da Festa do “Avante!”.
A distribuição dos diplomas será a seguinte:

- 1 a cada um dos componentes das seis equipas de futebol de 11, vencedoras dos mini-torneios (66);
- 1 a cada um dos componentes, das oito equipas de futebol de 5, vencedoras dos mini-torneios (40);
- 1 a cada um dos componentes das equipas classificadas em 1.º, 2.º e 3.º lugar das quatro séries de estafetas de 12 000 metros a realizar (48);
- 1 a cada um dos componentes das equipas classificadas em 1.º, 2.º e 3.º lugar dos pentatlos feminino, masculino e juvenil (45);
- 1 a cada um dos 1.º, 2.º e 3.º classificados nas provas livres de 100, 400 e 500 metros (9).

REGULAMENTOS E PROGRAMA

O “Avante!” de 8 de Setembro publicará o programa desportivo completo e o calendário dos jogos de futebol de 11 e de 5 com as equipas seleccionadas.
Os regulamentos de cada prova (sistema de apuramento, pontuações, etc.) estarão afixados nos locais das provas e serão previamente explicados aos responsáveis de cada equipa (futebol, estafeta e pentatlo).
E pronto! Agora é só enviar a ficha (e aqueles poucos escudinhos por pessoa para as despesas da organização!...) e aparecer equipado (de equipamento e vontade) nos campos de treino do Estádio Nacional nas manhãs da Festa do “Avante!”.
E, segundo consta, para além da muita gente que lá estará a torcer pelas suas equipas, haverá ainda a participação de nomes grandes do desporto! Mas disso falaremos mais tarde!



FESTIVAL DESPORTIVO DA FESTA DO “AVANTE!”

FICHA DE INSCRIÇÃO

Prova — Estafeta — Pentatlo — Futebol de 11 — Futebol de 5 (riscar o que não interessar)

Nome da equipa _____

Categoria — Masculino — Feminino — Juvenis (riscar o que não interessar)

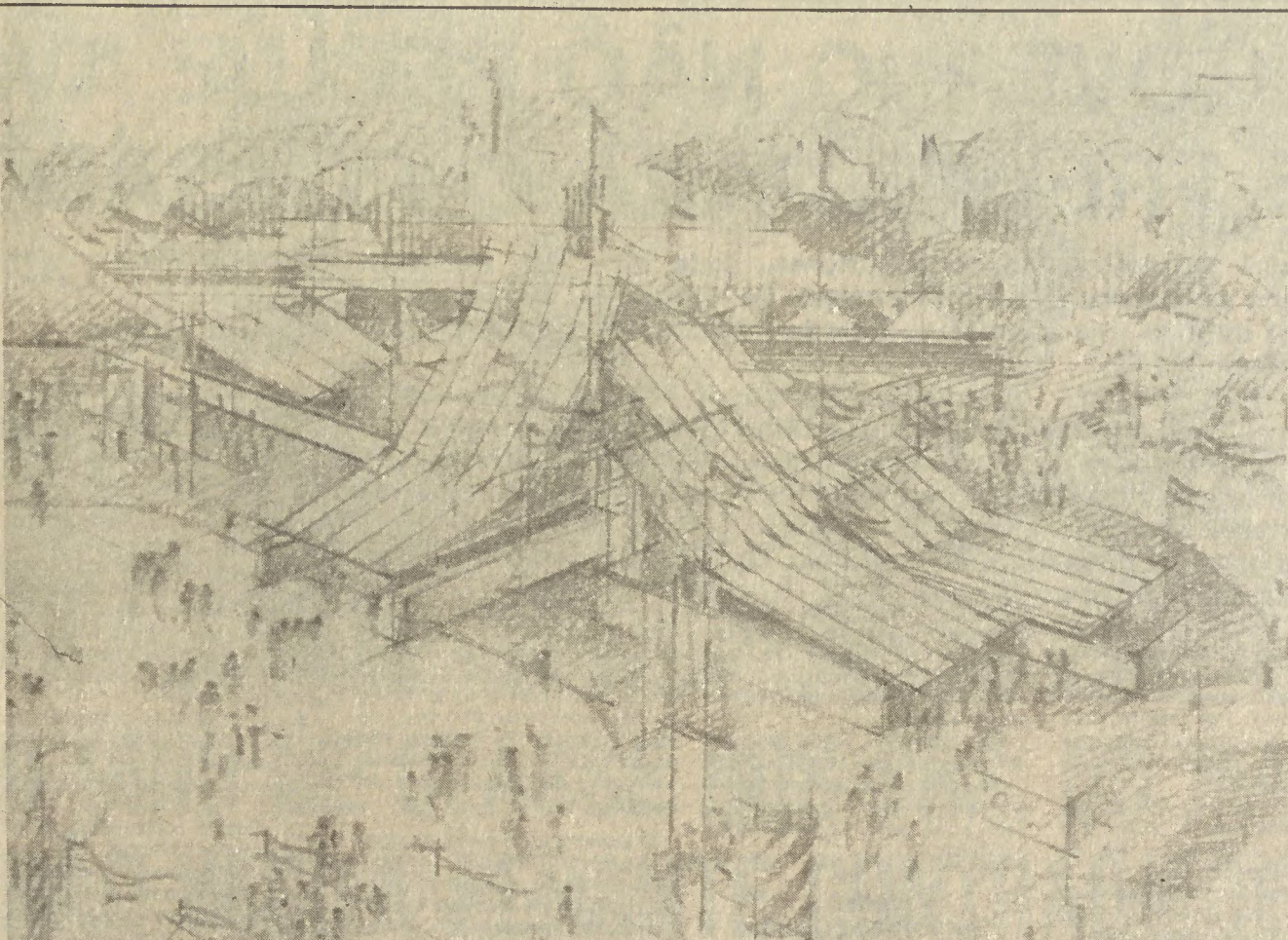
Nome e morada do responsável da equipa _____

Localidade _____

Árbitros (a) _____

Forma de pagamento da inscrição — Cheque — Vale do correio — selos — pagamento directo (riscar o que não interessar)

(a) Só no caso do Futebol



A maqueta do pavilhão do Comité Central

O PAVILHÃO DO COMITÉ CENTRAL

Ocupando uma área de 1200 metros quadrados, localizado no ponto central da zona onde val decorrer a Festa do “Avante!”, ficará o Pavilhão do Comité Central do nosso Partido.
Será o lugar de honra da história do Portugal dos que trabalham e lutam. Será o lugar de honra do Portugal que queremos construir, nós comunistas e todos sem exploradores nem explorados defendendo e consolidando as conquistas já alcançadas.

EXPOSIÇÃO DOCUMENTAL

Uma exposição de cerca de 70 painéis com dezenas de fotografias, desenhos e textos explicativos documenta a luta do Povo Português pela sua libertação e o papel determinante do

Partido Comunista Português na evolução dos acontecimentos anteriores e posteriores ao 25 de Abril. A exposição conterá os dados, os números, as palavras, as imagens do Portugal que os trabalhadores portugueses vêm construindo a pulso. E que defenderão. E que alargarão no sentido da construção de um Portugal livre, independente, democrático na perspectiva do Socialismo. Estarão apontadas na Exposição as tarefas presentes e as direcções de luta nas frentes económica e política, de que se salienta o reforço do Partido no momento presente, como força necessária e indispensável para fazer frente ao perigo fascista e à reacção e para a salvaguarda do regime democrático.

DIAPORAMA

«Diaporama» é uma estrutura audiovisual em que, para simplificarmos, digamos que há um grande écran (no caso, 9x6 metros) em que são projectados, simultaneamente, vários diapositivos, ocupando espaços variáveis. Ao mesmo tempo, música, palavra e outros sons completam as sessões. Será sob a forma de animação audiovisual, um outro meio de transmitir a reportagem da luta do povo português, do Partido Comunista Português, pela construção de um Portugal novo.

PRESENÇA POLITICA AO VIVO

No Pavilhão do Comité Central haverá um espaço próprio reservado a debates e encontros políticos sobre os temas mais presentes e importantes da vida

nacional. Num auditório estarão presentes membros responsáveis do nosso Partido que orientarão as sessões, falarão sobre a política nacional e a vida do nosso Partido e responderão às questões que os participantes nestes encontros hajam por bem colocar.

Terão relevo próprio no Pavilhão do Comité Central, «O Militante», a organização do Partido, o Grupo Parlamentar. Ficarão para breve a pormenorização destes aspectos.

Resta acrescentar que se estuda a possibilidade de emissão, por circuito interno de televisão, de alguns trabalhos em video-tape que fixam alguns momentos da vida portuguesa, designadamente alguns momentos da vida do PCP e da sua intervenção na vida política nacional.



ESPECTÁCULOS!

Primeiras notícias!

● Artistas da União Soviética, República Democrática Alemã, Polónia, Checoslováquia, Hungria, Cuba, Chile, Irlanda, Inglaterra, França, Itália, Grécia, Espanha, etc.

● Artistas portugueses do teatro e da canção

● Cinco grupos folclóricos portugueses

● Uma companhia de circo

● Festival de cinema

● Apresentação de grupos teatrais

● Concerto de música clássica com obras de Vivaldi

● Apresentação de grupos musicais e teatrais de pioneiros

● Duas bandas

● Etc.!!

A desintervenção na Pardal Monteiro

O GOVERNO NÃO RECUA: AVANÇA DE FRENTE PARA O PASSADO

Pardal Monteiro, 245 trabalhadores, sede em Pêro Pinheiro, indústria de extracção e transformação de mármore; tecnicamente falida à data da intervenção do Estado pedida pelo próprio patrão: 1 de Julho de 1975.

7 de Julho de 1977: o Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, assina uma resolução segundo a qual o Conselho de Ministros resolve:

«Determinar, com efeitos a partir de 15 de Julho de 1977, a cessação da intervenção do Estado na empresa Pardal Monteiro»... e segue-se a legislação invocada.

Dois anos se passaram. A resolução do Conselho de Ministros não fala deles. Falaremos nós.

Quando abandonou a empresa, o patrão não lhe dava três meses de vida. Graças a isso, os trabalhadores, lançou o «salve-se quem puder». E os trabalhadores salvaram-se e salvaram a empresa de modo a despertar de novo a cobiça do patrão.

Em 1975, a Pardal Monteiro Ipi a única empresa do sector que aumentou as vendas. Eis os números confirmados:

Em 1973 — 19.213 contos; em 1974 — 22.458 contos; em 1975 — 1.º semestre: 12.620 contos; 2.º semestre, 13.478 contos; total, 26.098 contos.

À data da intervenção a empresa devia aos trabalhadores 2 a 3 meses de salários. A partir daí nunca deixaram de ser pagos pontualmente de acordo com a PRT em vigor.

Sob a gestão dos trabalhadores, aumentou a produção, aumentou a produtividade. Uma nota de facturação referente ao primeiro semestre de 1977 assinala que a exportação subiu 48 por cento em relação ao ano anterior.

Sem conflitos, em unidade, com os salários em dia, produzindo sem quebras, com forte estímulo e participação em todos os problemas da empresa, os trabalhadores tinham para «oferecer» ao patrão por ordem do Governo uma carteira de encomendas de 80 mil contos, o pagamento de dívidas, pelas quais era responsável a gestão patronal e ainda uma grua para a pedreira de Estremoz, no valor de cerca de 1000 contos que os trabalhadores adquiriram com o seu esforço e que pouco falta para estar paga na totalidade.

Disto não fala a resolução do Conselho de Ministros.

Afirma, pelo contrário, que os trabalhadores não se opuseram à desintervenção. É falso. Os trabalhadores não só se opuseram como apresentaram, em devido tempo, uma solução que consistia na fusão estatizada da Pardal Monteiro com mais duas empresas

do sector (Marmoz e Bento Vermelho), apontando imediatamente para uma exportação da ordem dos 100 mil contos por ano.

Mas, mais uma vez, o Governo do PS não ouviu os trabalhadores. Mais uma vez, o Governo trocou a recuperação da economia nacional pela recuperação capitalista.

COMO SE TRAHAVA

De 26.098 contos em 1975, as vendas da Pardal Monteiro subiram para 30.640 contos em 1976, com um stock de 674 contos no fim do primeiro trimestre deste ano, quando o mesmo era de 434 contos no final de 1975.

Nos dois anos de gestão dos trabalhadores, garantindo todos os postos de trabalho, foi possível ainda pagar cerca de 11 mil contos de juros (do tempo do patrão), ao Banco Fonsecas & Burnay, à volta de 900 contos à firma Diamant Boart, cerca de 900 contos de matéria-prima e 200 contos a uma oficina de mecânica — tudo dívidas contraídas pela gestão patronal.

Como ainda há dias um deputado comunista lembrou na Assembleia da República, a Pardal Monteiro, quando da intervenção ao Estado tinha para cima de 40 mil contos de dívidas, das quais cerca de 32 mil ao Estado e à Previdência, e ainda 27 mil contos de prejuízos acumulados e 2 meses de atraso no pagamento de salários aos trabalhadores.

Como prova de gestão ruinosa pouco mais seria necessário. No entanto, não é essa prova que interessa ao Governo do PS. O Governo do PS não precisa de provas. O que lhe interessa é a aplicação de leis antioperárias, ainda que elas por ele aprovadas, ataquem frontalmente a necessária recuperação económica do País.

Os trabalhadores desenvolveram todas as iniciativas e fizeram todos os contactos possíveis para que a desintervenção não se concretizasse. O Governo não desonhece o que pode suceder à empresa. Mas, ainda assim, não cedeu.

O Governo sabe como era vasto o apoio com que contava a Comissão Administrativa e a Comissão de Trabalhadores no período da intervenção. O Governo conhece os resultados obtidos a todos os níveis, sobretudo ao nível da aplicação exemplar do controlo operário. O Governo tem todas as provas de como o estímulo da participação democrática dos trabalhadores na vida da empresa por eles gerida é uma alavanca insubstituível na recuperação económica das empresas e da economia nacional.

Mas nada disso tem interessado ao Governo. E a Pardal Monteiro é apenas um exemplo. Dezenas de outros se poderiam citar. «A via original de avançar para o passado», como dizem os

trabalhadores, é seguida com zelo e prontidão pelo Governo «socialista».

UM ACORDO A DEFENDER

Após seis dias de paralisação, como protesto pela entrada do patrão na empresa, sem que antes tivesse reunido com a Comissão de Trabalhadores, esta apresentou um caderno reivindicativo que serviu de base a um acordo com a entidade patronal.

Nos termos desse acordo, o patrão reconheceu a Comissão de Trabalhadores, a sua actividade e os seus estatutos, comprometendo-se a respeitá-los.

Todos os postos de trabalho serão garantidos. A cooperativa de consumo que os trabalhadores formaram na empresa será mantida.

O controlo operário manter-se-á.

O refeitório continuará a servir para reuniões sindicais.

O organograma da empresa, aprovado em plenário e confirmado pelo Ministério da Indústria e Tecnologia, será respeitado.

Serão pagos os dias de paralisação.

A CT será consultada sempre que haja alterações.

São estes os pontos principais do acordo firmado entre os trabalhadores, representados pela CT, e o patrão da Pardal Monteiro.

Mas o estímulo que presidia ao aumento da produção e que pôs a empresa no caminho da viabilidade económica está em risco de perder-se com a atitude do Governo.

Os trabalhadores não poderiam ficar indiferentes perante

o desprezo pelo seu esforço. Não poderiam deixar de sentir profundamente a injustiça que lhes é feita, em proveito único e exclusivo da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista que preside aos destinos do Governo do PS e que este pretende que presida aos destinos do País.

Os trabalhadores desta empresa — afirmou um representante da Pardal Monteiro na Conferência Nacional do PCP — por esmagadora maioria já disseram o que querem. Querem um saneamento financeiro e novos investimentos para se equilibrar definitivamente a empresa. Querem gestão que têm tido e estão dispostos a trabalhar muito mais para trazer muito mais divisas para o País, para criar mais postos de trabalho, para ajudar a recuperar a economia portuguesa — não uma recuperação capitalista — ao serviço de todos os trabalhadores a caminho da sociedade socialista, como afinal está escrito na nossa Constituição.

Estas palavras não caíram em saco roto. Os trabalhadores continuaram a lutar.

Citemos ainda, para concluir as palavras finais do trabalho colectivo da Pardal Monteiro, apresentado na Conferência Nacional do PCP para a Recuperação Económica:

A nossa luta será dura e talvez longa, mas havemos de vencer. Os trabalhadores da Pardal Monteiro têm a consciência tranquila de que têm cumprido e continuarão a lutar pela sociedade de amanhã, uma sociedade livre da exploração.

DESPEDIMENTOS NA J. PIMENTA REVELAM O EMPENHO DO GOVERNO NA RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

No seu afã de proporcionar a recuperação capitalista, o Governo do PS não se poupa a esforços. E vai ao ponto de inovar, no intuito de tirar as preocupações aos capitalistas a quem devolve as empresas que os mesmos sabotaram ou defraudaram.

Na sua ânsia de bem servir o capital, o Governo do PS não hesita mesmo em cometer despedimentos para que assim o patrão, quando regressar, não fique com o ódio de ser ele a despedir. É o que se pode deprender do que se passa na J. Pimenta, empresa que o sr. «pois, pois...» pretende reaver.

Côm efeito, a Secretaria de Estado da Comunicação Social divulgou recentemente um comunicado da Comissão Administrativa da J. Pimenta anunciando o despedimento dos 19 trabalhadores suspensos há três meses, alegando «a justa causa» por aqueles trabalhadores invadirem «por duas vezes a sede e comparecerem nas obras

provocando paralisações e obrigando a plênários selvagens». No mesmo comunicado informa-se ainda que foram mandados arquivar os processos abertos contra os 19 trabalhadores.

Para não falarmos já da intervenção de um departamento governamental no despedimento colectivo verificado, o procedimento da Comissão Administrativa da J. Pimenta é o reconhecimento de que não tinham a mínima prova para culpar os trabalhadores no inquérito que forjaram. Conforme esclareceu um dos trabalhadores suspensos, realizou-se recentemente, na empresa, um plenário em que foi aprovada uma moção, a qual, nos seus considerandos, recorda que a Comissão Administrativa cortou o diálogo com a Comissão de Trabalhadores suspensa; que as alegações da Comissão Administrativa no momento da suspensão eram feitas ao abrigo do Decreto-Lei 841, o qual agora se encontra revogado com

a entrada em vigor do Decreto-Lei 48/77. Por isso o plenário decidiu exigir que a Comissão Administrativa reintegre os trabalhadores suspensos e exortou-os a irem aos sectores de trabalho normalmente. Foi o que aqueles fizeram, comparecendo ao serviço.

Segundo os trabalhadores do engenheiro Salgueiro, da Comissão Administrativa da J. Pimenta, antes de terem sido anunciados os despedimentos tinha estado até tarde no Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, o que poderia explicar o facto pouco comum, de os despedimentos serem anunciados por intermédio dos serviços da Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Se o próprio Governo do PS que permite e anuncia o despedimento de trabalhadores das empresas intervenções como se pode esperar que venha a defender os interesses dos que são explorados pelo grande capital e os monopólios?

Torralt Trabaldadores Comunistas Tomam Posição

Face aos muitos problemas que afectam a Torralta, os trabalhadores comunistas desta empresa analisaram a situação, divulgando um comunicado onde alertam os restantes trabalhadores para as manobras que a envolvem e a tentam prejudicar.

Assim, recordando que o número total dos pequenos e médios acionistas anda pelos 26.000, os trabalhadores comunistas da Torralta denunciaram a «proposta» dum tal «Comissão Regional do Porto», e apresentada em 5 de Julho na «reunião da CN de Investidores» como reuniões e propostas fantasmagóricas visto que nem sequer os acionistas que trabalham no Alvor foram consultados ou simplesmente informados de tais reuniões ou propostas, alertando

para os objectivos claros da divisão e confusão de trabalhadores que essa «proposta» persegue pois não são dadas, nela, quaisquer garantias quanto à manutenção da empresa e muito menos assegurar os postos de trabalho para todos. Perante encargos financeiros tão volumosos, os trabalhadores comunistas consideram que só com a participação do Estado é possível dar continuidade à empresa e a sua reestruturação no interesse dos trabalhadores e da economia nacional.

Denunciam ainda todos aqueles quadros da empresa que, enquanto por um lado não se souberam adaptar às novas realidades dando provas de incompetência na resolução dos problemas, por outro se têm manifestado interessados pelo

regresso do grupo «Silva», assumindo graves responsabilidades no que daí possa advir em desemprego nos diversos sectores, pagamento de salários, mau ambiente, repressão, etc.; foi esse mesmo grupo «Silvas» que, através dos seus homens na empresa, organizou um pseudo-referendum a que chamaram votação e que de certa maneira foi feita de forma irregular e com objectivos de confundir e dividir, ultrapassando mesmo os órgãos representativos dos trabalhadores na empresa e ignorando o gabinete do Estado que se ocupa dos problemas da Torralta.

Recordando que o que une os trabalhadores é muito mais importante que aquilo que os divide, os trabalhadores comunistas da Torralta exortam, finalmente, todos os seus colegas de empresa a se mobilizarem em torno de problemas concretos que a todos dizem respeito, na defesa dos interesses dos trabalhadores, pois só assim se pode cortar definitivamente os desejos daqueles que em tempos anteriores arrecadaram lucros fabulosos, mas que demonstraram, na realidade, que nada fizeram por aqueles que trabalham.

PROBREZINHOS... «MA NON TROPPO»

Na reportagem que fez da deslocação partidária do primeiro-ministro Mário Soares ao Norte, o matutino reaccionário «O Dia» comenta as afirmações do dirigente socialista de que os responsáveis pelo poder continuam pobres como pobre continua o PS, acrescentando de sua lavra que isso «é patente, pois não consegue competir com o PC, por exemplo, na campanha de cartazes, panfletos, etc.».

Esquece aquele órgão do CDS que o PS não precisa de competir pois dispõe a tempo inteiro dos principais órgãos de informação, a saber a RTP e a RDP, bem como alguns dos principais jornais estatizados, e que não se faz rogado em os utilizar.

No prosseguimento da reportagem, o matutino do CDS esquece a confissão de pobreza do PS para informar que aquele político se dirigiu a Bragança, juntamente com os seus correligionários, num avião especialmente fretado.

COMO O PS DEFENDE OS TRABALHADORES

Com o Governo PS, que afirma ser um partido dos trabalhadores, assistimos ao atropelo dos mais elementares direitos dos trabalhadores portugueses. Os despedimentos, as suspensões e o não-pagamento dos ordenados sucedem-se sem que o Governo PS tome qualquer posição ou defenda eficazmente a situação dos trabalhadores.

Para não falarmos já nos suspensos logo após as primeiras desintervensões, ainda no tempo do VI Governo Provisório, em que o PS era maioritário (caso dos 17 da Têxtil Manuel Gonçalves) nem da vaga de despedimentos que imediatamente se sucederam, sem que o Governo PS tivesse tomado uma posição firme, recordemos casos mais recentes.

Na «Rioplele» foram despedidos 10 trabalhadores, os quais faziam parte de um grupo de 12 suspensos pela entidade patronal na sequência da paralisação de Março a fim de pressionar o Ministério do Trabalho e o patronato no sentido de serem concluídas rapidamente as negociações do Contrato de Trabalho Vertical.

Entretanto, na «Cintell», fábrica de confecções em Ermesinde, os trabalhadores vêm com apreensão o seu futuro, prevendo que a fábrica encerrará dentro de pouco tempo face à acção sabotadora do patronato.

Os patrões (para sermos mais correctos devemos dizer os exploradores) quando foram avisados em 1976 que deviam pagar os salários de acordo com o Contrato Colectivo de Trabalho, abandonaram progressivamente a empresa, enveredando por novos negócios que lhes permitam continuar a exploração dos trabalhadores.

A «Cintell» é uma empresa bem equipada e tecnicamente viável que comporta mais de uma centena de trabalhadores que vêm perigar a sua situação laboral. Em Junho

receberam apenas 1900\$00 e no mês que findou a quantia de 400\$00.

Por seu turno, num comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal é denunciada a repressão que se faz sentir, com a complacência do Governo, na Auto-Reconstrutora do Barreiro, devolvida recentemente ao patronato sabotador.

Como refere o comunicado, o patronato desde que lhe foi devolvida a empresa pelo Governo tem utilizado a repressão para fazer calar os trabalhadores e cometido toda a espécie de ilegalidades, desde a ocupação de postos de trabalho dos trabalhadores em greve por estranhos à empresa, encerramento forçado, unilateral e ilegal para férias (autêntico «lock-out»), até às suspensões em massa e despedimentos sem justa causa dos trabalhadores (entre eles delegados sindicais, dirigente sindical e comissão de trabalhadores), e suspensões e despedimentos que atingem já o número de 77.

De Janeiro a Julho do ano corrente é de setecentos o número de trabalhadores da hotelaria despedidos. Deste total, trezentos e vinte aguardam decisão judicial.

Neste surto de despedimentos, tanto individuais como colectivos, o patronato visa essencialmente os trabalhadores que mais têm pugnado pelo cumprimento da Portaria de Regulamentação do Trabalho, nomeadamente os delegados sindicais e os membros das Comissões de Trabalhadores.

Numa nota oficiosa recente o ministério do sr. Gonçálves afirmava ser sua intenção fazer respeitar «por parte de algumas empresas dos ramos de hotelaria, restaurantes e similares» a regulamentação das condições colectivas de trabalho em vigor, estabelecidas por portaria

recentemente publicada no «Boletim do Trabalho e Emprego».

Mas não passa de intenção pois se fosse seu intuito actuar firmemente não seria necessário que os trabalhadores da Estalagem do Cerro, em Albufeira, tivessem entrado em greve progressiva a partir de segunda-feira última e que poderia culminar numa greve total amanhã, conforme decisão tomada em plenário, caso o patrão mantenha a recusa de cumprir a Portaria de Regulamentação do Trabalho para o sector.

Também na Marinha Grande, beneficiando da protecção que o Governo PS proporciona ao patronato explorador, a administração da FANO, pequena empresa de fabricação de acessórios para moldes, despediu colectivamente os nove trabalhadores que tinha ao seu serviço.

O «lock-out», porque disso se trata, resulta dos trabalhadores exigirem o pagamento dos salários de acordo com o contrato colectivo de trabalho em vigor.

Anteriormente, os trabalhadores tinham aceitado uma proposta de administração no sentido de admitir a recusa de mais tarde as diferenças resultantes do não cumprimento das tabelas salariais, atendendo à deficiente situação financeira da empresa. Meses depois, ao considerarem que a administração já tinha possibilidade de satisfazer os compromissos firmados e na sequência do acordo estabelecido com a administração da firma os trabalhadores exigiram o pagamento dos salários contratuais bem como as diferenças salariais existentes.

Furtando-se a isso e ameaçando depois a administração, que nunca teve intenção de cumprir o que prometera, despediu agora os nove trabalhadores.

Assim vai a democracia! Assim se defendem os trabalhadores!

A CGTP/IN acusa:

DEMAGOGIA DO GOVERNO DEIXA TUDO NA MESMA

A propósito das alterações ao famigerado decreto-lei dos 15 por cento que o Governo fez publicar através do Decreto-Lei n.º 288-A/77 o Secretariado da CGTP/IN emitiu um comunicado onde esclarece que é costume dizer-se de certas medidas demagógicas que «é preciso mudar alguma coisa para tudo ficar na mesma».

É o que sucede relativamente às alterações agora introduzidas.

O novo decreto — refere o comunicado da CGTP/IN — vem isentar do limite dos 15 por cento e da classificação de funções impostas pelo Decreto-Lei n.º 49-A/77, todos os CCT e Portarias cujo processo de elaboração já estivesse concluído em 13 de Fevereiro de 1977, que é a data da entrada em vigor do último diploma.

Além disso, permite que o limite dos 15 por cento seja ultrapassado em relação à revisão de Convenções Colectivas de Trabalho

e Portarias publicadas até 31 de Dezembro de 1975, assim como aos casos em que a aplicação rígida daquele limite provocasse o agravamento de «distorções salariais». Porém, nestes dois tipos de casos, a ultrapassagem do limite dos 15 por cento fica dependente de autorização por despacho conjunto de vários ministros, depois de um complicado processo de estudos económicos-financeiros sobre a capacidade do sector económico abrangido.

Desmascarando a manobra do Governo, o comunicado adverte os trabalhadores para o facto de que o novo decreto reforça os poderes de intervenção administrativa do Ministério do Trabalho e do Governo nos processos de regulamentação colectiva do trabalho. Na situação política actual isso significa que além de terem de vencer a resistência do patronato, os trabalhadores

continuarão a ter de vencer também a cumplicidade do Governo com o patronato.

Alertando para o facto de o Ministério do Trabalho ficar com poderes, que poderá utilizar ao serviço da estratégia divisionista, do ministro do capital, Gonçálves, o comunicado acrescenta:

O novo regime mais não é do que um «aperfeiçoamento» para melhor aplicação do decreto dos 15 por cento: e a verdade é que se mantém inalterado o «tecto» dos 15 por cento, apesar da subida muito superior do custo de vida.

A terminar, o comunicado refere que ao apoiar servilmente este decreto a chamada «Carta Aberta» desmascarou-se definitivamente junto dos trabalhadores portugueses que estão dispostos a lutar em contra tal limitação, cuja legitimidade não reconhecem nem aceitam.

Sector têxtil

AUMENTAR OS PREÇOS MAS NÃO OS SALÁRIOS

Cerca de 300 mil trabalhadores do sector têxtil auferem neste momento um salário médio mensal de 4993\$00. No entanto, através do Ministério da Indústria, o Governo prepara-se para recusar qualquer aumento salarial para o sector têxtil, segundo denunciou a comissão negociadora sindical, em conferência de imprensa realizada recentemente na sede da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuários, no Porto.

Com efeito, o Ministério da Indústria, através da Comissão Técnica nomeada para resolver o assunto, deu o parecer de que «não seria possível qualquer aumento salarial para o sector».

Entretanto, o patronato individualmente tem vindo a aumentar os salários desde Janeiro último, em valores que variam entre os 10 e os 17 por cento sobre os salários contratuais actualmente em vigor, assentando tal decisão na necessidade de tentar quebrar o espírito de luta demonstrado pelos trabalhadores têxteis ao longo de todo o processo de negociações.

Recordando que o Governo, apesar de congelar os salários, através da Secretaria de Estado do Comércio Interno, autorizou desde Fevereiro último aumentos de preços dos produtos têxteis que variam entre 12 e 17 por cento, os representantes sindicais passaram a abordar a chamada «crise» do sector, esclarecendo:

Se atendermos a que um aumento de 17 por cento nos preços correntes, segundo os nossos cálculos, corresponde a um aumento de 68 por cento nos salários, mantendo-se as outras

componentes de custo invariáveis, chegamos finalmente à conclusão de que a «crise» é outra. A «crise» assenta fundamentalmente na mentalidade capitalista parasitária que tem servido ao longo de todos esses anos para acumular mais-valia no sector à custa dos baixos salários pagos, para logo de seguida as fazer desviar para fora do sector descapitalizando as empresas. Tem sido esta a prática

corrente e, sobre tal «crise», poderá falar a banca melhor que nós.

No final a comissão negociadora sindical manifestando o rápido pelas posições assumidas pela Comissão Técnica, que não dá quaisquer garantias às pretensões legítimas dos trabalhadores, apelou para a vigilância e unidade de todos na defesa dos seus interesses.

MUITO SOFREM OS CAPITALISTAS

Pródigo foi o Ministério do Trabalho, que renovou a proposta de um «aumento» salarial da ordem dos 50 escudos mensais para a classe profissional dos marceneiros do Sul, no decorrer das negociações do CCTV do sector que duram há 20 meses.

Segundo a direcção sindical, que dá conta da atitude benemérita, para não dizermos esbanjadora, do Ministério do Trabalho este organismo nem sequer tem em conta que na prática os trabalhadores ganham mais do que os valores que lhes são propostos.

Entretanto, os Melos da CUF através da lei das indemnizações apenas receberam a irrisória quantia de 13 milhões de contos, segundo a estimativa da Comissão Coordenadora daquela empresa, que agora tornou pública.

Segundo a Comissão Coordenadora, os Melos não deveriam receber um tostão sequer de indemnização, antes lhes deveriam ser confiscados todos os

bens que possuem pois «o Governo sabe, desde Março de 1976, através de relatórios oficiais que mantêm confidenciais, das fraudes que os Melos fizeram no Brasil com a venda das acções que a Sociedade Geral e a CUF possuíam na Companhia de Fumos Lopes Sá e Rothmans e na ISACUF do Brasil, respectivamente, sem que as dividas resultantes de tal operação tenham regressado ao Banco de Portugal, como o legalmente está estabelecido».

Conseguiu-se apurar que José Manuel de Melo recebeu no estrangeiro 2314 mil dólares e 500 mil marcos (cerca de 99 mil contos às cotizações actuais) correspondentes à parte dos valores vendidos fraudulentamente. Muito sofrem estes capitalistas saboteadores: os trabalhadores é que são beneficiados por aumentos constantes e vultuosos que o Ministério do Trabalho lhes atribui.

AFINAL O QUE ACONTECEU A 167 000 DESEMPREGADOS?

Em Novembro de 1976, segundo a Direcção dos Serviços de Emprego, existiam em Portugal 397 mil desempregados, número que incluía 55 mil retornados das ex-colónias.

No entanto, o secretário de Estado do Emprego, Tito de Morais, ao deslocar-se a Vila Prial de Ancora para inaugurar uma delegação do PS afirmou que desde Março passado até agora foi possível a recuperação de 30 mil postos de trabalho para os 230 mil desempregados que existiam no início do ano corrente.

Depreende-se das palavras do secretário de Estado do Emprego que desde Novembro de 1976 até ao início do ano corrente, no espaço de um mês, portanto, desapareceram 167 mil desempregados. Emigração, não foi. O nosso índice de mortalidade também não é de tal modo elevado. Não consta que tivessem encontrado emprego pois imediatamente o PS alardearia tal facto e depressa se encarregava de tirar do acontecimento os dividendos políticos, como procede aliás mesmo quando nada faz. O mais certo é tratar-se de omissão.

AMEAÇADO O ACESSO ÀS UNIVERSIDADES

É do conhecimento geral que existe verdadeiro congestionamento nalgumas escolas de Ensino Superior no nosso país, o que se traduz por um «atafujamento» de alunos em certos Cursos; é também do conhecimento geral que essa realidade foi herdada do regime fascista, o que tornou evidente a urgência da reestruturação do ensino em geral e o do Ensino Superior em particular. Que fez entretanto o Governo do Partido Socialista através da acção do seu ministro Cardia? Nada mais nada menos que reduzir as possibilidades de acesso às universidades, quer recuperando o velho exame de aptidão, quer pela criação do «numerus clausus», que limita o número de entradas nos diversos estabelecimentos do Ensino Superior.

Para justificar estas medidas o Governo refere que há falta de instalações, enquanto esconde que nada fez para ampliar essas instalações nem procurou tirar o máximo de aproveitamento das já existentes e, muito menos, providenciou para criar novos cursos e novas escolas para responder às necessidades do país. Subordinado, como sempre, às exigências do capital internacional como condição «sine qua non» para a concessão de empréstimos, a política do Governo para o ensino não resultou de qualquer estudo planeado e funcionou, apenas, como resposta pronta às referidas exigências.

Foi neste contexto que o Banco Mundial elaborou um relatório para analisar a actual situação educacional portuguesa e estudar, com as autoridades nacionais, as necessidades e prioridades no campo do Ensino que pudessem ser «financiadas» pelo referido Banco Mundial. E a que conclusões chegou esse relatório, no que se refere ao Ensino

Superior? Pois concluiu que: a) havia um excesso de população escolar, b) um elevado custo por estudante, c) saturação no mercado de emprego, d) número exagerado de Universidades, e) a necessidade urgente de restringir as despesas... logo a solução estaria numa restrição drástica nas entradas para o Ensino Superior! Recorde-se, entretanto, que uma das condições exigidas ao Governo português para a concessão de alguns empréstimos foi a contração drástica das despesas públicas.

É assim que surge o «numerus clausus» — captação vergonhosa ao capitalismo internacional, resvalando de cedência em cedência na mira de empréstimos, que mais não fazem que amarrar o nosso povo a interesses alheios e que não resolvem (muito menos respeitam) as reais necessidades do nosso país.

Caso se adoptem as medidas recomendadas pelo Banco Mundial e em parte já o foram, como se verifica em Medicina e Psicologia — e não existindo em Portugal alternativas profissionais para quem complete o curso dos liceus, teremos centenas de milhares de jovens lançados para o mundo do trabalho sem qualquer qualificação profissional, assim como centenas de professores no desemprego, para além do obstáculo ao desenvolvimento cultural, técnico e científico do povo português e consequente agravamento das carencias do país em técnicos, economistas, médicos, etc.

Por outro lado, sendo Portugal um dos países da Europa com mais acentuada selecção de classe no ingresso aos estudos superiores, as medidas apontadas apenas irão agravar essa selecção, caso não se tomem medidas que permitam às classes trabalhadoras o acesso às Universidades, como exige a Constituição, nos Art.º 74 e 76.

Leite:

RESSURREIÇÃO DA CLASSE C
ARRUINA A PEQUENA PRODUÇÃO

O Governo PS soma e segue com medidas que prejudicam profundamente os pequenos e médios agricultores. Depois dessa grande machadada na segurança de trabalho e de vida dos rendeiros que representa a aprovação da lei do Arrendamento Rural proposta pelo PSD/PPD, assistimos à ressurreição do leite da classe C, a qual levará muitos milhares de pequenos produtores à falência e os forçará a abandonar a produção do leite, produto de primeira necessidade na qual o nosso país está longe de ser autosuficiente, apesar do baixíssimo nível de consumo.

A ressurreição do leite da classe C, que se fica a dever ao ministro Barreto, sempre pródigo em derubar os pequenos a favor dos grandes produtores organizados na CAP, representa o regresso a condições terríveis de produção em que se debatiam os produtores de leite durante o regime fascista. Recordemos que a classificação do leite na produção dependia do seu teor microbiano e do seu nível de sujidade, factores que como é óbvio dependem das condições de que não dispõem ainda a maior parte dos pequenos e médios produtores, como sejam ordenha mecânica, refrigeração, estábulos com boas condições higiénicas, etc.

Recordemos ainda, para avaliarmos as influências negativas da ressurreição da classe C do leite, que em quase todas as regiões de produção do leite, nomeadamente Entre-Douro e-Minho, Beira Litoral, Beira Baixa

e Portalegre, a média de animais por produtor é de uma a duas vacas.

Acontecia pois que quase todo o leite destes pequenos e médios produtores era classificado na classe C e portanto mais mal pago. Por outro lado, a pequenez e a pulverização da produção reflectia-se em elevados custos de

A Comissão da Aliança das Ligas Agrícolas do Norte manifestou-se veementemente contra a ressurreição do leite da classe C, determinada pelo ministro Barreto, denunciando que esta medida "só vem prejudicar o agricultor, e entre estes, os que têm uma, duas ou três vacas, que, desta forma, receberão a 3 escudos/litro, quando até aqui recebiam pelo menos 6 escudos e 50 centavos (classe B). E só favorece a indústria de lacticínios que pagará muitas vezes por metade do preço". Assim,

produção. Deste modo incapazes de assegurar níveis rentáveis de produção perante as deficientes condições de trabalho e perante os custos, pequenos e médios produtores de leite foram progressivamente obrigados a abandonar a sua actividade: só na área da UCAL, de 1970 a 1973, o número de produtores diminuiu de 6060 para 4 720 e o número de vacas de 25 195 para 19 837.

A situação só foi combatida no IV

Governo Provisório, em 1975. Em Março desse ano, o governo presidido por Vasco Gonçalves determinou que a classe C fosse eliminada, passando o leite a ser classificado unicamente nas classes A e B, cujos preços de aquisição à produção aumentaram significativamente.

Esta medida dos tempos ditos

acrescenta a Aliança, perderão também as cooperativas, pois, na medida, em que os Industriais se vão lançar na recolha do leite, pagando 3 escudos ou mais, provocam a desorganização da recolha pelas cooperativas e a desagregação destas".

"Só o produtor, conclui a Aliança, será prejudicado, só o Industrial beneficiará, só levará a desanimar e a arruinar o pequeno produtor e a enriquecer cada vez mais os grandes proprietários ausentes".

gonçalvistas correspondeu a aspirações profundas e antigas dos pequenos e médios produtores de leite e representou um grande estímulo à produção. Como cada vez com maior clareza quem defende os seus interesses e quem lhes é contrário. E quanto ao Governo do PS, apoiado pelo PPD/PSD e o CDS, cada vez são menores as dúvidas de que no seu caminho não cabem os interesses dos trabalhadores nem do País.

1,6 por produtor. Assim, só no primeiro trimestre de 1976, o volume da produção nesta região atingiu 57 milhões de litros contra 42 milhões em 1975, ou seja um aumento de 33,6%. A importância deste facto não pode medir-se apenas em termos da grande melhoria das condições de vida de muitos pequenos e médios produtores. Terá de pensar-se ainda no que representou e representa o aumento da produção de leite num país como Portugal em que apesar do consumo deste produto fundamental ser baixíssimo (40 litros por ano por habitante, enquanto na Checoslováquia é de cerca de 120 litros por ano e por habitante em 1970, e na RDA onde, tendo em conta apenas o leite pasteurizado, o consumo foi de 101 litros anuais por habitante em 1973), somos ainda obrigados a recorrer à importação agravando assim o estado quase catastrófico da balança comercial.

E pois neste quadro que podemos avaliar todas as incidências negativas da ressurreição da classe C do leite, não somente para a classe de pequenos e médios produtores de leite mas para todo o País e a economia nacional. É neste quadro que os trabalhadores do campo e da cidade compreendem e mais alguma razão para que as palavras do MAP — sejam encardidas apenas como calúnias ditas por um ódio feroz aos trabalhadores. Ódio este tão cego que os representantes das latifundiárias que têm assento no MAP nem sequer cuidam de que as suas mentiras tenham um mínimo de aparência de verdade, esquecendo assim os ensinamentos dos manuais de subversão da opinião pública editados nos Estados Unidos e utilizados pela reacção quer no Chile, quer entre nós.

Desta vez, regressamos a um velho caso que estilísticas recentes do próprio MAP (I) vêm comprovar o que já os trabalhadores das UCPs e sindicatos agrícolas progressistas afirmavam: é calúnia do MAP procurar responsabilizar os trabalhadores da Reforma Agrária pela quebra da produção!

Vejamos: Num folheto chamado «Reforma Agrária — a campanha agrícola de 1976/1977» o MAP não só reconhece que «as abundantes precipitações no Outono dificultaram as sementeiras e, no Inverno, prejudicaram o desenvolvimento das culturas como cita de passagem parte das suas culpas no cartório: «registramos-se ainda casos de atraso na entrega por parte de organismos oficiais de sementes

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

O ÓDIO DE CLASSE DOS SRS. DO MAP
NÃO VACILA PERANTE CONTRADIÇÕES

No que o MAP diz cada vez menos pessoas acreditam...

Na realidade, existem todas e mais alguma razão para que as palavras do MAP — sejam encardidas apenas como calúnias ditas por um ódio feroz aos trabalhadores. Ódio este tão cego que os representantes das latifundiárias que têm assento no MAP nem sequer cuidam de que as suas mentiras tenham um mínimo de aparência de verdade, esquecendo assim os ensinamentos dos manuais de subversão da opinião pública editados nos Estados Unidos e utilizados pela reacção quer no Chile, quer entre nós.

Desta vez, regressamos a um velho caso que estilísticas recentes do próprio MAP (I) vêm comprovar o que já os trabalhadores das UCPs e sindicatos agrícolas progressistas afirmavam: é calúnia do MAP procurar responsabilizar os trabalhadores da Reforma Agrária pela quebra da produção!

Vejamos: Num folheto chamado «Reforma Agrária — a campanha agrícola de 1976/1977» o MAP não só reconhece que «as abundantes precipitações no Outono dificultaram as sementeiras e, no Inverno, prejudicaram o desenvolvimento das culturas como cita de passagem parte das suas culpas no cartório: «registramos-se ainda casos de atraso na entrega por parte de organismos oficiais de sementes

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

decidida através de um despacho assinado pelo senhor Carlos Portas e efectuada com o auxílio da GNR, afecta profundamente a UCP «Vitória ou Morte» à qual pertencia. Isto porque na Herdade da Azeda se situavam a sede e os principais estabelecimentos desta UCP — escritórios, parque de máquinas, instalações para gado, água e luz. Deste modo se cumpre o que o ministro Barreto anunciava na sua primeira intervenção na Assembleia da República quando da abertura da discussão na generalidade do seu projecto de contra — Reforma Agrária: «Não entregar reservas, caso estas

Antes de ganhar a força de lei aprovada na Assembleia da República graças ao acordo PS/PPD/PSD, o projecto barreto era já uma prática repressiva e contrária aos interesses da economia nacional. Mais um exemplo desta prática do MAP imposta pela força aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é o caso da entrega de parte da Herdade da Azeda, no concelho de Coruche, com cerca de 400 hectares, a Carlos Manuel Cabral Marques de Sousa, administrador e principal accionista da Sociedade de Investimentos Prediais. A entrega

e adubos o que se reflectiu nas sementeiras em tempo útil.

Silenciando toda a outra enorme parte das suas responsabilidades na quebra de produção pela instabilidade criada pela entrega de reservas ilegais e do corte de crédito, o MAP não perde a oportunidade para lançar as culpas aos trabalhadores através desta tirada:

«No Alentejo, nomeadamente nas explorações colectivas de certa ideologia política, um sistema laboral de tipo proletariado mostrou-se na prática ineficaz para enfrentar os incontornáveis e imprevisíveis efeitos das graves condições do tempo».

Mas logo a seguir o MAP desmente-se a si próprio, desmonta a sua própria calúnia ao publicar um quadro no qual nos aparece a evidência da diminuição da área semeada de trigo, de centeio, de aveia, cevada e fava em todo o Continente enquanto a zona da Reforma Agrária apenas abrange cinco dos distritos!

Assim a percentagem de diminuição das áreas semeadas no Continente em relação à média do decénio 1967/76 é de 46% para o trigo, 10% para o centeio, 16% para a aveia, 42% para a cevada e 28% para a fava.

Pelo contrário e ainda segundo a mesma publicação do MAP, nos distritos de Portalegre, Beja e Setúbal, exceptuando o centeio, a área semeada é maior do que a apresentada para todo o Continente e em Portalegre

e Setúbal registam-se mesmo aumentos nas sementeiras de aveia.

Mais claros ainda são os números publicados no INE sobre as sementeiras e comentários nestes termos no Encontro de Técnicos ligados à Reforma Agrária:

«Mais uma vez são os próprios números publicados pelo Governo — INE — que vêm destruir pela base toda a viclada argumentação com que se bombardeia a opinião pública.

Senão vejamos: Considerando o total da área de cereais semeada este ano no País, verifica-se uma quebra de cerca de 35% relativamente à registada na época transacta. Ora, para os senhores do MAP, os grandes responsáveis por tal facto, são mais uma vez os trabalhadores das UCPs e Cooperativas, é a tenebrosa forma de se organizarem, é, em suma, o processo da Reforma Agrária.

Seria assim importante que em vez de se perderem em longas e caluniosas acusações, estes senhores tentassem analisar com serenidade factos como, por exemplo, os decréscimos da área de trigo semeada este ano, que tiveram os níveis mais elevados nos distritos de Faro (70%), Leiria (69%), ou os registados na área semeada de aveia, que apresentaram valores máximos nos distritos de Lisboa (70%), Leiria (61%) e Faro (60%) ou ainda o ocorrido na zona de

venham a pôr em causa a viabilidade económica duma cooperativa, como é desejo de alguns, equivale pura e simplesmente a não dar reservas praticamente em nenhum caso».

Que as UCPs fiquem à beira da ruína, os trabalhadores no desemprego, é, aliás, objectivo da própria lei Barreto na medida em que o importante para o Governo do PS é o estímulo aos «empresários empreendedores» e o desarmar da firmeza revolucionária dos trabalhadores através da miséria e da fome.

O facto de a apontuação actualizada da referida herdade ser de 59.422,9 pontos, conforme refere um despacho do MAP divulgado a 12 de Maio de 1976, não interessa ao MAP que como é do conhecimento público aplicou a lei da Contra — Reforma Agrária muito antes desta ter sido aprovada na Assembleia da República. Também o facto de 30 trabalhadores provavelmente sem trabalho, a cumprirem-se as ameaças do «reservatório» Carlos Manuel Marques, não interessa ao MAP. A este respeito denuncia o Sindicato dos Trabalhadores Operários Agrícolas do Distrito de Santarém:

«Onde está o cumprimento do direito ao trabalho estatuido na Constituição? Quando os trabalhadores dela tomaram conta existiam um cento e 12 postos de trabalho na Azeda. Pelo abandono a falta de cuidado a que estava votada a exploração agro-pecuária, já tinham morrido pouco tempo antes da ocupação (em 5/11/75), 16 vacas e pouco depois vieram a morrer mais 11 cabeças de gado bovino. Tratava-se de gado velho e cheio de doença provocado principalmente pela má alimentação.

Entretanto, o que fizeram os 30 trabalhadores depois da ocupação da Herdade da Azeda?

É ainda o Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém que responde:

Em extensas áreas da Herdade, onde antes nada ainda tinha sido semeado, existem hoje 17 ha de arroz, 5 ha de tomate, 5 ha de milho, 10 ha de tremocilha, 20 ha de trigo, 6 ha de cevada/aveia, 1 ha de melancia, 500 kg de batatas semeadas, além de searas de feijão calarino, repolho, etc. e o gado foi recuperado.

É o resultado deste trabalho que o senhor Carlos Manuel Marques recebe agora do MAP com a devolução da parte não regada, pecuária, cortice e oucultural e com a promessa da restante área da herdade, (regadio), lhe ser entregue em fins de Outubro próximo.

Manuel Inácio Álvoro

SEAREIROS DE MELÃO A BRAÇOS
COM UMA PRODUÇÃO INSUFICIENTE

Há pouco mais de um mês, milhares de seareiros de melão reunidos num Encontro Nacional na Lezíria de Villa Franca pediam ao Governo um preço de garantia à produção do melão de \$500 por quilo, o que representaria cerca de 10% de aumento relativamente ao ano anterior. Hoje, os meloeiros consideram esta reivindicação ultrapassada e irrealista e pensam que se o Governo vier regulamentar nestes termos o preço do melão, provocará a ruína dos muitos milhares de seareiros de melão da Lezíria do Tejo e do Alentejo, nomeadamente de Montemor, Campo Maior, Elvas, Estremoz, Serpa, Moura e Vidigueira.

O que mudou neste espaço de tempo para alterar deste modo a posição dos seareiros de melão? Eis a questão que importa esclarecer, antes que se levanten vozes alimentadas pela CAP, especulando com o facto de «ontem os seareiros de melão querem uma coisa e hoje já desejam outra», concluindo que «em suma, o que 'eles' querem é criar problemas ao Governo».

As reivindicações dos seareiros de melão alteraram-se em função de transformações muito objectivas e inesperadas. A tempestade ocorrida nos passados dias 22 e 23 de Julho agravou extraordinariamente o estado das searas de melão que este ano já se não podia dizer

sem entrar em consideração com os prejuízos provocados pela tempestade de 22 a 23 de Julho, o encargo médio por hectare de produção é de cerca de 20 000\$00, (incluindo máquinas, sementes, adubos, pesticidas, combustíveis e excluindo os encargos de mão-de-obra), como poderiam os seareiros de melão hoje reivindicar um preço de intervenção do Governo de \$500 por quilo? Como poderiam fazê-lo se, mesmo quando pensavam em termos de uma produção mais ou menos normal, este preço de \$500 resultava numa média de 7 a 10 000\$00 por mês para uma família de seareiros durante seis meses de trabalho na seara de melão?

É evidente que os \$500 outora reivindicados, não podem servir nem pouco mais ou menos numa situação em que a produção não atingirá 40% da do ano passado, em que só a população da grande Lisboa poderá ter garantias de ser abastecida, em que, em suma, estão criadas as condições para este ano, o melão ser mais uma das frutas de luxo. E não se diga que a culpa é dos meloeiros que não querem vender o melão a \$500, a \$600 ou a 10\$00 o quilo!

Dizer-se isto é pura e simplesmente querer arruinar os seareiros de melão de modo a que estes fiquem na mais completa miséria. Não foram os seareiros de melão que contribuíram para que

sem entrar em consideração com os prejuízos provocados pela tempestade de 22 a 23 de Julho, o encargo médio por hectare de produção é de cerca de 20 000\$00, (incluindo máquinas, sementes, adubos, pesticidas, combustíveis e excluindo os encargos de mão-de-obra), como poderiam os seareiros de melão hoje reivindicar um preço de intervenção do Governo de \$500 por quilo? Como poderiam fazê-lo se, mesmo quando pensavam em termos de uma produção mais ou menos normal, este preço de \$500 resultava numa média de 7 a 10 000\$00 por mês para uma família de seareiros durante seis meses de trabalho na seara de melão?

É evidente que os \$500 outora reivindicados, não podem servir nem pouco mais ou menos numa situação em que a produção não atingirá 40% da do ano passado, em que só a população da grande Lisboa poderá ter garantias de ser abastecida, em que, em suma, estão criadas as condições para este ano, o melão ser mais uma das frutas de luxo. E não se diga que a culpa é dos meloeiros que não querem vender o melão a \$500, a \$600 ou a 10\$00 o quilo!

Dizer-se isto é pura e simplesmente querer arruinar os seareiros de melão de modo a que estes fiquem na mais completa miséria. Não foram os seareiros de melão que contribuíram para que

sem entrar em consideração com os prejuízos provocados pela tempestade de 22 a 23 de Julho, o encargo médio por hectare de produção é de cerca de 20 000\$00, (incluindo máquinas, sementes, adubos, pesticidas, combustíveis e excluindo os encargos de mão-de-obra), como poderiam os seareiros de melão hoje reivindicar um preço de intervenção do Governo de \$500 por quilo? Como poderiam fazê-lo se, mesmo quando pensavam em termos de uma produção mais ou menos normal, este preço de \$500 resultava numa média de 7 a 10 000\$00 por mês para uma família de seareiros durante seis meses de trabalho na seara de melão?

É evidente que os \$500 outora reivindicados, não podem servir nem pouco mais ou menos numa situação em que a produção não atingirá 40% da do ano passado, em que só a população da grande Lisboa poderá ter garantias de ser abastecida, em que, em suma, estão criadas as condições para este ano, o melão ser mais uma das frutas de luxo. E não se diga que a culpa é dos meloeiros que não querem vender o melão a \$500, a \$600 ou a 10\$00 o quilo!

Cultural e a Civilização Contemporânea" – "Cartazes de Ideologia" (relacionados com temas de âmbito humorístico e social); "Cartazes Culturais" (sobre assuntos e acontecimentos de carácter Cultural, anúncios de espectáculos teatrais, filmes, concertos, festivais, desporto e turismo); e "Cartazes Comerciais" (reclames).

SEMANA INTERNACIONAL

32 anos depois UMA BOMBA «LIMPA»

Passados que são trinta e dois anos sobre o enorme crime contra a humanidade — a explosão da primeira bomba atômica em Hiroshima — que matou imediatamente mais de uma centena de milhares de pessoas, de todas as idades e sexos e ainda não parou de fazer vítimas; passados trinta e dois anos sobre o horror que têm sido preenchidos por inúmeras guerras e conflitos armados em quase todas as partes do mundo, fomentados pelo imperialismo internacional à frente do qual se encontram os Estados Unidos e em que o mesmo imperialismo tem vindo a ser derrotado sucessivamente; passados trinta e dois anos, não podem ainda os povos olhar o futuro sem apreensões. O imperialismo não desarma, o imperialismo continua a sua corrida aos armamentos, o imperialismo, contra todos os acordos a que foi obrigado, continua a aperfeiçoar as suas armas e a ameaçar constantemente a paz e a segurança em todo o Mundo.

Com efeito, enquanto no final do mês passado se reunia em Tóquio um simpósio internacional sobre as consequências dos bombardeamentos atômicos de Hiroshima e Nagasaki e se encontravam representadas 40 organizações internacionais e também peritos japoneses e estrangeiros, nos Estados Unidos eram dadas «explicações» sobre o funcionamento da nova bomba de neutrões.

Chamam-lhe «Bomba Limpa», e não foi fácil obter no Parlamento dos Estados Unidos a autorização e os créditos para a sua produção em série. Mas os representantes dos monopólios, eleitos entretanto pelo povo mercê das grandes campanhas de publicidade que são as eleições nos Estados Unidos, não deixaram de se submeter à vontade do Pentágono, essa instituição militar que tão intimamente está ligada às potências industriais e financeiras do imperialismo norte-americano.

Assim, enquanto os delegados do simpósio, em Tóquio, se debruçavam sobre as condições de vida e as medidas de assistência às vítimas japonesas dos bombardeamentos atômicos e dedicavam o seu tempo a elaborar um programa de manifestações previstas para este mês em Hiroshima e Nagasaki para apoiar reivindicações sobre a interdição das armas atômicas e nucleares, nos Estados Unidos grandes campanhas tentavam demonstrar a «limpeza» da bomba de neutrões. Mas este primeiro tiro parece querer sair pela culatra aos homens que defendem a produção desta nova forma de matar.

A bomba de que se fala tem um poder mortífero extraordinário e, além disso, a particularidade de deixar intactos todos os «bens», as construções, as fábricas, as máquinas, etc. O inimigo da Humanidade poderia assim destruir os homens, as plantas e os bichos e arrecadar, nas zonas devastadas, os bens que restavam, saqueando os «países de ninguém».

Um dos objetivos do fabrico de tais bombas, para além da ameaça que constitui, é comprometer as negociações «SALT» e a Conferência de Viena sobre a redução de tropas e armamento na Europa Central. Ao anunciar o fabrico dessa arma, esperavam talvez os imperialistas mais agressivos fazer pressão. Mas o que acontece finalmente é que obtêm uma pressão de sentido inverso, que é o grande protesto que se eleva a nível internacional. Numerosas organizações, movimentos e personalidades se levantaram, tanto nos países socialistas como nos países capitalistas, contra a ameaça dos neutrões. Nos próprios Estados Unidos, assinalando o trágico aniversário de Hiroshima, numerosas manifestações traduziram a condenação da opinião pública norte-americana desta nova ameaça contra a humanidade.



A CLASSE OPERÁRIA EM LUTA NOS PAÍSES CAPITALISTAS

Actualmente, nos países capitalistas desenvolvidos, mais de 15 milhões de pessoas estão no desemprego. As massas trabalhadoras protestam contra o agravamento da crise, participando activamente no movimento grevista. As suas acções visam cada vez mais os fundamentos da sociedade capitalista.

Entre 1971 e 1975 cerca de 314 milhões de trabalhadores participaram em acções de massas no Ocidente. As movimentações em defesa dos legítimos direitos dos trabalhadores alargaram-se a novas camadas: funcionários, quadros e camponeses.

Nos últimos anos constata-se um crescimento da proporção de greves gerais e nacionais. Em 1974, nos seis maiores países capitalistas — EUA, Grã-Bretanha, Japão, RFA, Itália e França — registaram-se cerca de 20 greves gerais.

Os casos de ocupação de empresas pelos trabalhadores devido à ameaça de encerramento pelos patrões tornam-se cada vez mais frequentes. Desde o início de 1974 até à Primavera de 1976 registaram-se 500 casos de ocupação temporária de empresas pelos trabalhadores na Inglaterra, França e Itália.

Mas vejamos alguns factos e números.

ESTADOS UNIDOS

Nos EUA, 500.000 operários e empregados da indústria têxtil declararam recentemente uma greve nacional de um dia, protestando contra a crise no sector, provocada pela transferência de capitais e empresas para países onde a mão-de-obra é mais barata.

Nos três primeiros meses deste ano, mais de 30.000 construtores de automóveis, dezenas de milhares de mineiros, trabalhadores das construções mecânicas, operários e empregados municipais,

professores e outras camadas de trabalhadores realizaram greves em defesa dos seus legítimos direitos.

Segundo estatística oficial, o número de desempregados nos Estados Unidos atinge em Abril deste ano 6,7 milhões de pessoas. A crise económica, que abrange todo o mundo capitalista, não permitirá a reabsorção do desemprego nos tempos mais próximos.

ALEMANHA FEDERAL

No segundo semestre do ano passado, foram despedidos dos estaleiros navais de Hamburgo, Bremen, Emden e outros centros industriais da RFA, cerca de 1500 operários qualificados. O desemprego atinge neste País os ramos industriais até há bem pouco considerados imunes à crise.

De há três anos para cá, o número de desempregados na RFA mantém-se a um nível elevado: mais de um milhão de trabalhadores dos quais 13.000 com uma instrução superior. O desemprego atinge sobretudo a região industrial do Ruhr: mais de 115.000 pessoas.

A cidade de Speyer foi palco da luta mais aguda. Durante um ano mil trabalhadores da filial da companhia aeronáutica «VFW» (de capitais holandeses e alemães) lutaram contra o encerramento da empresa contando com o apoio da população da cidade. A administração da companhia acabou por ceder, renunciando ao encerramento e assinou um novo contrato com os trabalhadores.

FRANÇA

A partir de Março do ano corrente assistiu-se a uma agudização dos conflitos sociais em França. Segundo os dados da CGT, realizaram-se só nesse mês, 413 greves em 40 departamentos do país. O sector metalúrgico

A REPRESSÃO NO BRASIL CONTINUA MOEDA CORRENTE

No Brasil do «humaníssimo» general Geisel a repressão e a arbitrariedade continuam a desabar sobre quem ouse contestar o regime ditatorial imposto ao País pelo golpe militar fascista de 1964 e que levou ao Poder a «clique» de generais reacconários que, desde então, têm detido as alavancas do Estado mercê de uma das mais ferozes, selectivas e sanguinárias repressões jamais vividas na martirizada América Latina.

Têm sido improfiáveis os esforços para calar as revoltadas vozes do Povo Brasileiro ou aniquilar a oposição ao regime; as contradições do regime são de tal ordem que conduziram o País a um estado extremo de miséria e exploração que se alarga, inexoravelmente, como círculos na água. É assim que essa oposição se vai estendendo a camadas cada vez mais vastas da população e obriga a ditadura a retaliações e violências, torpedeando, sem escrúpulo, até as suas próprias «regas democráticas», como tem acontecido na «cassação» de mandatos a deputados da oposição ou, mais recentemente, quando no passado dia 26 de Julho revogou «temporariamente» a cláusula que permitia ao único partido de oposição legal (MDB) dispor de uma hora de emissão na Rádio e TV nacionais duas vezes por ano — isto na sequência duma emissão de rádio, onde dirigentes da oposição se limitaram a criticar a política do governo e a dizer que «alguns» presos políticos haviam sido torturados.

A repressão não poupa ninguém que ouse discordar,

esboçar protestos ou, simplesmente, defender-se. Assim, foi assassinado o padre Bumier numa esquadrilha da polícia e na presença do bispo D. Pedro Casaldáliga quando ambos ali se deslocaram para interceder por duas camponesas que estavam a ser torturadas; neste momento D. Pedro Casaldáliga encontra-se na iminência de ser expulso pelas autoridades brasileiras, aguardando-se apenas a assinatura de Geisel. D. Pedro Casaldáliga é bispo na diocese de São Félix do Araguaia, no estado de Mato Grosso, um dos mais pobres do Brasil e sempre se tem destacado na defesa dos camponeses pobres e dos assalariados rurais. A notícia da sua provável expulsão levantou uma onda de protestos e manifestações de apoio, mas não preocupou o prelado, que afirmou: «Sou um privilegiado. Nós os bispos temos o privilégio de dizer, de gritar o que o povo quer. Por isso não me mataram nem queimaram a minha casa, como fizeram a colonos e a índios», recordando ainda as torturas e até os assassinatos de vários sacerdotes progressistas no Brasil.

Com efeito, foi torturado o missionário norte-americano Thomas Capuano e posteriormente expulso do Brasil, como expulso vai ser o padre católico sulgo Romain Zufferley, de 67 anos, sem qualquer explicação oficial, embora o próprio padre Zufferley relacione a expulsão com as suas actividades junto da classe trabalhadora.

No sector estudantil também a repressão tem aumentado extraordinariamente como única resposta que a ditadura



A violência no Brasil contra operários e estudantes

tem para as greves e manifestações que os estudantes têm feito em várias universidades do país, num protesto contra a política económica e de imprensa do governo, o que determinou a suspensão de 34 estudantes e a expulsão de 30 da Universidade de Brasília e o seu posterior encarceramento; no passado dia 26 foram destacados 700 soldados para assegurar

a reabertura «pacífica» das aulas na referida Universidade, mas os estudantes organizaram uma manifestação de solidariedade para com os seus camaradas expulsos e o resultado foi uma carga da polícia «dispersando» os manifestantes e efectuando mais prisões. Entretanto, dirigentes estudantis de S. Paulo anunciaram que o próximo dia 16 de Agosto será «Dia Nacional de Luta».

Vance no médio-orient

DIFICULDADES DE UMA VIAGEM

Com vista a obter vantagens que permitam ao imperialismo continuar a exploração que exercem em muitas partes do mundo, a administração americana, através da sua diplomacia, procura, um pouco por toda a parte onde crescem as tensões e onde se luta pela liberdade, influenciar, dividir, estar presente.

No entanto, as derrotas sofridas pela diplomacia dos Estados Unidos estão a tomar-se lugar-comum nos

noticiários internacionais. E assim acontece quanto ao Médio-Oriente, onde o secretário de Estado norte-americano Cyrus Vance se deslocou.

Recebida com manifestações de entusiasmo em Israel foi a proposta daquele político no sentido de ser constituído um «grupo de trabalho» israelo-árabe, que reuniria em Nova Iorque, mais à mão de Washington. Depois de colaborar nessa proposta, o presidente do Egipto, Anwar Sadat acabou por ter de fornecer explicações sobre as conversas tidas com Vance e enviar mensagens aos chefes de Estado árabes, dadas as preocupações que tais conversações levantaram.

E foi mais longe, tomando público um documento egípcio apresentado ao secretário de Estado norte-americano. O texto divulgado insiste na retirada total de Israel dos territórios árabes ocupados em 1967 e a exigência de preservar os direitos inalienáveis e nacionais do povo palestino, ao mesmo tempo que Sadat rejeitava a proposta norte-americana para que a OLP reconheça o Estado judeu antes da futura «convocação da Conferência de Paz de Genebra sobre o Médio-Oriente».

No decorrer das conversações com os vários chefes de Estado árabes, desvaneceram-se as esperanças de Vance quanto à formação do tal «grupo de trabalho».

Adiante declarações sobre o assunto, Vance apontava para o termo da sua viagem, data em que se pronunciaria, esperando sem dúvida ganhar para essa ideia dirigentes mais permeáveis às pressões imperialistas.

Entretanto desenhava-se já a iniciativa, à qual aderiam alguns países árabes, de organizar uma cimeira árabe para analisar os resultados das visitas do diplomata americano. Esta iniciativa, que partiu da OLP, principiou a concretizar-se através de consultas preparatórias.

Encontrando-se à digressão de Vance próxima do seu termo, aquele diplomata acabou por confessar que renunciara à sua proposta de constituição de um «grupo de trabalho» e anuncia-se já uma segunda volta em que o secretário de Estado norte-americano debaterá de novo as suas propostas. Pelo menos difícil tem sido convencer os dirigentes dos Estados árabes de que os seus interesses estão do lado do imperialismo consubstanciado naquela parte do mundo pelo Estado de Israel.

Chipre

A MORTE DE MAKÁRIOS AGUDIZA A SITUAÇÃO

A morte do arcebispo Makários veio agudizar a questão cipriota e abrir um mais amplo campo de manobra ao imperialismo, que tão interessado se tem mostrado pela pequena ilha devido à sua privilegiada situação estratégica.

Quando em 1960 se libertou da tutela colonial britânica, tornando-se independente, logo Chipre fez sentir ao imperialismo que desejava também libertar-se das presenças militares

estrangeiras e praticar uma política de não alinhamento, para o que concorreu determinantemente a figura política de Makários, que congregou à sua volta todos os nacionalistas cipriotas.

Foi assim que em 1974 o imperialismo, explorando habilmente a existência de duas comunidades cipriotas, a grega e a turca, levou a Turquia a invadir a ilha, ocupando 40 por cento do território, enquanto o governo

fascista dos coronéis gregos patrocinava um golpe de Estado que depôs o presidente Makários. Deste modo o imperialismo salvaguardava as suas bases militares estratégicas na ilha, enquanto fomentava uma sucessão artificial no território assente na existência de duas comunidades no país.

A morte de Makários agravou extraordinariamente a causa da reunificação e abriu ao imperialismo renovadas possibilidades de impor a sua presença na zona. O arcebispo gozava de enorme prestígio, quer interna quer externamente, e constituía sério entrave aos desígnios ianques pois, como ardente nacionalista que era, lutava denodadamente pela independência e reunificação de Chipre, atraindo para a sua causa, não só todos os patriotas cipriotas, como o apoio internacional das nações progressistas.

Nos termos da Constituição cipriota, o substituto do presidente pode ser nomeado por acordo entre todos os chefes políticos do país — e isto apenas para cumprir o resto do mandato que estivesse cometido ao anterior presidente, como era o caso de Makários, cujo mandato só terminaria em Fevereiro de 1978. Três organizações políticas — o partido democrático, o partido Akel e o partido Edeq — são pela nomeação de Spyros Kuprianou, que actualmente exerce o cargo interinamente, mas o partido conservador, chefiado por Glafkos Clerides, opõe-se a tal projecto, pretendendo apresentar o seu chefe de fila como opositor de Kuprianou. De notar que Glafkos Clerides, conhecido advogado de Nikosia e homem de direita, foi quem substituiu o presidente Makários em 1974, quando este foi obrigado a exilar-se de Chipre devido ao golpe de Estado patrocinado pelo governo fascista dos coronéis gregos.

A morte súbita do presidente Makários está a ser aproveitada pelos dirigentes políticos locais e comprometidos com o imperialismo para «institucionalizarem» a divisão da ilha em dois países separados,

O capitalismo confessa-se

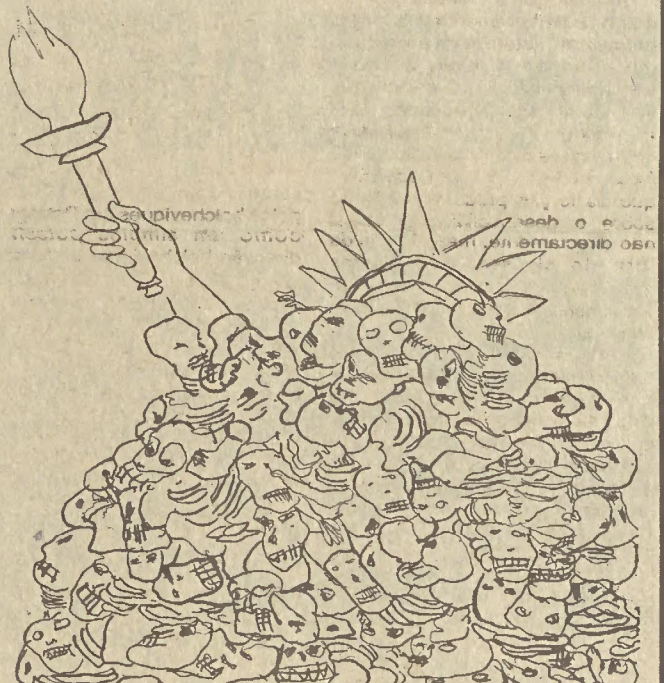
A crise do capitalismo com o seu cortejo de inflação, desemprego, desequilíbrio no comércio externo e contracção na produção é um «fantasma» que deve continuar a afligir a maior parte dos países capitalistas industrializados durante os próximos 12 meses, segundo conclusão do relatório bienal da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), de que fazem parte os Estados Unidos, a Alemanha Federal e o Japão, que representam dois terços do rendimento total da Organização e ainda a Austrália, Áustria, Bélgica, Grã-Bretanha, Canadá, Dinamarca, Irlanda, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça e Turquia.

No mesmo documento prevê-se que as taxas de crescimento para a procura interna, na maior parte dos países, serão insuficientes na primeira metade do próximo ano para dar um incentivo ao investimento de capitais ou evitar um aumento de desemprego que, na actual taxa de 5% na área da OCDE, se traduz por 17 milhões de desempregados; também se admite a possibilidade duma ligeira descida na inflação durante o próximo ano, mas que será contrariada com um aumento de 7,5% nos preços de consumo. O estudo é também pessimista quanto às perspectivas para o comércio externo, que sofrerá uma rápida desaceleração de expansão em relação aos níveis atingidos em 1976, avisando-se, por fim, que até a modesta taxa de crescimento de 4% prevista para os próximos 12 meses poderá não ser atingida, a menos que os países com economias mais fortes tomem medidas tendentes a estimular a procura interna.

Os «direitos humanos» dos trabalhadores nos EUA

As autoridades oficiais e os círculos reacconários dos Estados Unidos continuam a fazer alarido à volta das chamadas «violações dos direitos do homem». Esta hipócrita campanha propagandística tem por fim desviar a atenção da opinião pública americana e mundial das descaradas violações dos direitos do homem nos próprios Estados Unidos, de que testemunham largamente os materiais reunidos pela Conferência Nacional para a Defesa dos Direitos dos Trabalhadores realizada há pouco tempo em Chicago.

«Os círculos direitistas fazem tudo para silenciar o movimento dos trabalhadores na defesa dos seus direitos», declarou a secretária executiva da União, S.



Mitchell. A polícia, a polícia política, os provocadores e os agentes de espionagem, os tribunais, a legislação reacconária, tudo isso é utilizado para dividir os trabalhadores e obrigá-los a calar as suas reivindicações.

Depois de terem exigido a libertação dos «dez de Wilmington», os delegados à Conferência aprovaram a criação de uma comissão especial para os direitos dos sindicatos que terá por objectivo coordenar a luta dos trabalhadores pelos seus direitos.

Sublinhe-se que as autoridades e o patronato procuram cada vez mais conter o ascenso do movimento popular através de ameaças e repressão, violando os direitos constitucionais dos trabalhadores. Em Kansas City foram presos cinco militantes do sindicato dos professores, que tinham entrado em greve. As autoridades de Atlanta, no Sul do país, responderam com o lock-out aos grevistas (operários municipais) que ficaram sem meios de subsistência. Por seu turno, a administração do Estado de Nova Iorque ameaçou com a intervenção da Guarda Municipal os trabalhadores municipais que preparavam uma greve.

Descontentamento na CEE

Cinquenta e cinco por cento da população dos países membros do Mercado Comum (CEE) reivindicam a transformação social dos seus países. Belgas, dinamarqueses e holandeses mostram-se indignados com a alta regular dos preços dos produtos. A maioria dos Ingleses e um número considerável de dinamarqueses estão descontentes pelo facto dos seus países serem membros da CEE.

Estes dados foram recolhidos por uma Comissão das Comunidades Europeias que promoveu uma sondagem da opinião pública nos países do Mercado Comum. De acordo com os resultados, divulgados em Bruxelas, 83 por cento dos Italianos inquiridos declararam-se descontentes com o regime político do seu país, 66 por cento dos belgas pronunciaram-se favoráveis a reformas sociais importantes, 49 por cento dos franceses não estão satisfeitos com o seu sistema social e político. Na Alemanha Federal, 43 por cento dos habitantes defenderam a necessidade de reformas.

No que respeita aos direitos cívicos e às liberdades democráticas, também o inquérito revela que são regularmente violados nos países da CEE. Assim, quatro belgas em dez pensam que o governo deve ser convidado a garantir a liberdade de expressão; 45 por cento dos franceses e 86 por cento dos Italianos sublinharam a ausência de liberdades democráticas nos seus países.

A «EXPERIÊNCIA SOCIAL-DEMOCRATA» E OS SEUS «FRUTOS» NOS AÇORES...

A incompetência a todos os níveis, a inoperância quase total, a discriminação, o apelo descarado às manobras dos provocadores separatistas, a repressão, o desprezo pela Constituição e pela legalidade constitucional — continuam a ser as características dominantes da política do Governo do PPD na Região Autónoma dos Açores, uma política contra-revolucionária e antidemocrática, que tem sido um autêntico estímulo para as actividades da «FLA», organização terrorista responsável por uma longa lista de atentados bombistas, fogos postos, insultos em público à soberania nacional e ao 25 de Abril, desordens, assaltos, etc., etc.

A «experiência social-democrata» apregoada pelo dr. Carneiro já deu, na verdade, os seus «frutos» no arquipélago. Que o diga o povo trabalhador açoriano...

A aprovação, na Assembleia Regional, do decreto sobre o Arrendamento Rural veio tirar garantias ao rendeiro, já expressas no Decreto-Lei 201/75, decreto progressista e uma importante conquista dos camponeses.

A lei do Arrendamento Rural regional — documento inconstitucional — veio diminuir a segurança que o rendeiro havia conquistado, veio pôr em causa a melhoria progressiva das condições de vida dos pequenos e médios agricultores e aumentar os conflitos entre senhorios e rendeiros, com desvantagem para os últimos.

A ausência de projectos concretos do Governo regional para o desenvolvimento económico do arquipélago e a sua constante política de entrega aos estrangeiros daquilo que só aos açorianos devia estar reservado, aumenta a subordinação da região ao imperialismo.

Através dos documentos

saídos da Conferência Económica promovida pelo Partido, em 4 e 5 do passado mês de Junho, os militantes comunistas dos Açores apontam soluções adequadas para a saída da crise económica que ali se vive. Condenam os gastos públicos exagerados como, por exemplo, a compra de carros de luxo para uso dos senhores do Governo regional, assim como as instalações luxuosas e as passeatas desnecessárias dos políticos do PPD.

Condenamos a política discriminatória e de favoritismo que tem sido conduzida pelo Governo regional em matéria de emprego. Repudiamos também a marginalização de técnicos que não oferecem garantias políticas aos senhores do Governo, quando praticamente todas as ilhas sentem, de uma forma clara e profunda, a falta dos mesmos, principalmente as ilhas eternamente abandonadas, como as Flores, Corvo, S. Jorge, Graciosa e S. Maria — sublinha um comunicado da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores

(DORAA) do PCP, recentemente divulgado.

CLIMA DE INSTABILIDADE

A subida desenfreada dos preços dos produtos de primeira necessidade (que escasseiam) e de outros, o agravamento dos impostos e a desorganização alarmante da actividade comercial, são bem a prova de que o Governo do PPD/PSD está contra o bem estar das massas trabalhadoras. Os correligionários do dr. Carneiro não construíram nos Açores nenhum «paraíso» para a população ao contrário do que propagandeavam e propagandeiaram (histericamente) os órgãos de comunicação que estão sob o domínio do PPD e C.*. O «paraíso» é para a burguesia (cada vez mais endinheirada), para os terroristas da FLA, para o imperialismo!

O arrastamento da solução do caso «Soleite» (está em causa o direito ao trabalho de 400 pessoas), e os milhares de contos já consumidos pelo Governo do sr. Mota Amaral, sem qualquer proveito para

o povo dos Açores — são mais dois dos muitos exemplos que caracterizam a política económica do PPD no arquipélago.

Depois de sublinhar que a recolha e classificação do leite deve ser da competência de uma empresa pública, sob controlo directo e de uma forma organizada dos produtores de leite, o referido documento da DORAA do nosso Partido, afirma:

Discordamos das margens de comercialização do pescado — 30 a 45 por cento — por baixar o preço ao pescador, aumentar os preços ao consumidor, beneficiando apenas os intermediários. O lucro fácil sacado pelo intermediário capitalista aumentará ainda mais o seu poder económico, dando lugar a uma exploração desenfreada e incontrolável da classe piscatória.

Denunciamos o não cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo regional para com os apanhadores de algas, colocando-os neste momento numa situação difícil e injusta. Compete ao Governo arranjar uma saída rápida para a situação em que se encontram milhares de apanhadores de algas.

A superficialidade com que a imprensa regional tem abordado as sérias questões económicas e sociais que afectam a região não favorece uma tomada de consciência clara e correcta, para as massas trabalhadoras, dos graves problemas a que têm de fazer frente. Nos Açores, assiste-se diariamente a uma

prática colaboracionista dos órgãos de comunicação estatizados (Rádio e Televisão) com o Governo regional. A esta preocupante situação junta-se ainda a ausência escandalosa de liberdades e direitos naqueles órgãos de informação. A Rádio e a Televisão não devem servir um Governo, mas sim servir um povo! Não pensam assim os senhores do PPD...

O clima de instabilidade e insegurança que ainda se vive em algumas ilhas da região, principalmente em S. Miguel, e a ofensiva reaccionária em curso, põem em perigo a vida e haveres de democratas e de militantes progressistas. Se não forem tomadas medidas sérias e urgentes contra os provocadores internos e estrangeiros, a situação nos Açores poderá vir a sofrer novo abalo que comprometerá ainda mais a soberania nacional e os interesses populares.

Há que denunciar e impedir firmemente o crescente auxílio que a reacção interna, que os fascistas e os separatistas, têm vindo a receber de forças estrangeiras hostis à democracia, ao progresso social, aos interesses do povo e à soberania nacional.

O PPD tem de prestar as suas contas ao País. Tal como na Madeira e no Continente, as manobras do partido do dr. Carneiro não passarão!

A DEMOCRACIA VENCERÁ!

Pela segunda vez me encontro com muitos de vós nesta pequena sala. Primeira



As provocações dos separatistas

foi pela data gloriosa do 25 de Abril (último) em noite de alegria e de entusiasmo democrático pela reabertura de um primeiro Centro de Trabalho do Partido, após a destruição pelo terrorismo separatista e fascista, ou pelo encerramento compulsivo, de outros à ordem das entidades regionais — afirmou o camarada José Magro, membro do Comité Central do PCP, durante uma sessão de esclarecimento político que decorreu no Centro de Trabalho da Horta (Faial), num ambiente de entusiasmo e de confiança no futuro.

Logo duas semanas após a inauguração — disse José

Magro — sucedeu que esta nossa modesta casa veio a sofrer um miserável atentado à bomba, levado a efeito por aqueles que se obstinam a que não se possam verificar nos Açores uma tão simples expressão de liberdade como a que esta instalação de um Partido democrático realmente traduz.

Calorosamente aplaudido pelos presentes, o camarada José Magro afirmou mais adiante: Nunca cedemos ao terror e à chantagem desses senhores do separatismo e da «FLA» — e o Centro cá ficou aberto; não cedemos hoje — e por isso cá estamos novamente; e não cedemos amanhã — podem eles ter

a certeza. Quem há-de ceder e fugir, quem já está a ceder e a fugir, são eles, ao sentirem que lhes vai escapando o apoio daqueles que vinham enganando, como mostraram as fracassadas manifestações do 6 de Junho e a nova tentativa nessa data para destruir esta casa.

Independentemente de qualquer acto cobarde de terrorismo que venham a tentar, a sua sorte está traçada: hão-de ser varridos pela História, o povo português manter-se-á unido do Minho à Madeira, do Algarve aos Açores, e a democracia vencerá rumo a uma sociedade mais feliz sem exploração do homem pelo homem.

Plano director da cidade de Lisboa

DA CIDADE QUE TEMOS À CIDADE QUE QUEREMOS



O Ministério da Habitação e Urbanismo aprovou recentemente, através da portaria 274/77, o chamado Plano Director da cidade de Lisboa.

O Plano não é novo. Os primeiros estudos para a sua elaboração iniciaram-se em 1963, sob a direcção do francês Mayer Heine, tendo sido finalmente aprovado em 1967, pela Câmara de então. Daí para cá, o Plano ficou esquecido nas gavetas da burocracia até que, inesperadamente, surgiu de novo à luz do dia, apenas com algumas ligeiras adaptações.

O que é o Plano, para que serve e a quem serve, são algumas das questões a que os camaradas Leopoldo de Almeida e Silva Dias responderam, em entrevista concedida ao «Avante!».

«Avante!» — O que é, em traços gerais, o Plano Director da cidade de Lisboa?

L.A. — Independentemente das pequenas adaptações que sofreu, trata-se no essencial de um estudo elaborado há dez anos, em condições totalmente distintas das actuais, a começar pelo próprio regime. Juntamente com o Plano foi aprovado um outro documento que trata da regulamentação da ocupação física das áreas de expansão, número de fogos a prever em cada conjunto habitacional, volume de construção a prever, espaços a reservar a vias, estacionamentos, etc.

O Plano em si é representado por uma planta da cidade, colorida, onde as cores correspondem às áreas urbanas que já existem, às áreas de expansão, ao sistema rodoviário, zonas verdes e zonas comerciais.

O aspecto positivo a salientar nesta questão reside na própria aprovação de um Plano, caso muito raro nas nossas cidades, pois os planos não interessam normalmente aos proprietários e muitas vezes não convêm à política municipal porque amarram os responsáveis a um determinado tipo de procedimento.

O Plano não agrada em especial aos especuladores de solos pois, bem ou mal, ele regulamenta de certo modo a ocupação dos solos. Este é o seu aspecto positivo.

Quanto aos aspectos negativos, podemos começar por referir o facto de não ter sido aprovado nenhum documento de gestão do

Plano. Como é que se vai processar a expansão? Sobre que solos? Públicos, privados, associação da Câmara com os proprietários? Como?

Não se sabe. O que é grave, porque há uma parte que é onegada publicamente e não há nenhum compromisso da Câmara de que vá proceder de uma maneira ou de outra. Ou seja, se vai fazer a expansão expropriando, se a vai fazer entregando as mais valias aos proprietários ou se a vai fazer em forma de associação, que são as três hipóteses mais clássicas.

Não se sabem também os custos que isto envolve. Não se sabem as fases; nem as prioridades que foram dadas em relação ao esquema que foi aprovado. Não se sabe, até, qual a relação custos-benefícios. O Plano é perfeitamente omisso em questão de estudos económicos, de faseamento, de viabilidade de ocupação.

Outro aspecto negativo reside no facto de se tratar de um plano antiquado. Não contém, por exemplo, qualquer referência ao novo esquema de expansão do metropolitano. Por outro lado, dada a altura em que o Plano foi feito e dado que já passaram três anos depois do 25 de Abril, a Câmara Municipal de Lisboa tinha obrigação de ter tentado uma reformulação deste Plano, tendo em conta a população, as organizações populares de base, as Juntas de Freguesia e mesmo alguns organismos profissionais ligados à aplicação do Plano, que

certamente teriam uma palavra a dizer.

Nada disso foi feito. Isto foi pura e simplesmente aprovado, um bocadinho à sucapa, por despacho do ministro e por iniciativa, segundo se julga, do eng. Aquilino Ribeiro Machado, presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

«Avante!» — Porque é que o Plano foi aprovado precisamente nesta altura?

S.D. — Como diz o Leopoldo, a intenção dos planos é de facto disciplinar o desenvolvimento. No entanto, nós temos verificado, mesmo até na história de Lisboa, que os planos serviram sempre para fazer aquilo que era útil à administração central.

O que me parece que falta neste Plano, como faltou em todos os outros, é o que poderemos chamar de uma ideia mestra. Para que é que serve este Plano? Pode-se dizer que passa a haver um planeamento que controla o destino da cidade. Mas o destino da cidade será diferente se forem as forças populares que o dinamizam ou se forem as forças interessadas na recuperação capitalista.

UMA CIDADE PARA QUEM?

Há uma realidade presente, que é a nossa cidade tal como existe, e há uma realidade desejada, que é uma cidade como a população desejaria que ela fosse. Essa realidade desejada nunca foi

auscultada, nunca esteve na base deste Plano.

No planeamento, trata-se de chegar da realidade presente à realidade desejada. Se a população não foi ouvida, torna-se evidente que essa realidade desejada não poderá corresponder às aspirações das massas populares.

«Avante!» — Mas por proposta da FEPU o Plano Director vai agora ser posto à discussão da população, não é verdade?

S.D. — Isso foi aprovado, de facto. Mas entretanto, ele foi elaborado precisamente ao contrário do que deveria ser. Ou seja, em vez de emanar da vontade popular, o Plano foi feito sem a ouvir e só agora é que a população o vai discutir. Ou não. Depende do que para isso se fizer.

Neste momento, a relação custos/benefícios (que este Plano não refere) é o que ainda se pode discutir. Por exemplo, o Plano prevê a construção de um troço de 700 metros de estrada, numa determinada zona, que custará um milhão de contos, importa saber se os benefícios da construção desse bocadinho de estrada são igualmente repartidos pela cidade ou se ele serve apenas para as pessoas que moram naquela zona irem mais depressa para a praia, ou para as que têm automóvel chegarem mais rapidamente ao emprego. E aí colocam-se todas as alternativas que um planeamento democrático levantaria: fazem-se mais 700 metros desta via ou faz-se mais um quilómetro de metropolitano?

É o caso que se põe nesta via de túneis que está prevista e que no fundo só serve para incrementar o transporte individual.

«Avante!» — Que túneis são esses?

S.D. — É uma via subterrânea que parte mais ou menos de Alcântara e que atravessa a cidade, indo terminar já no limite do concelho de Loures. O custo destes túneis é capaz de ser mais ou menos o mesmo que o de um metropolitano para ligar uma zona industrial a uma zona habitacional.

Estou-me a lembrar ainda de outro exemplo, bastante curioso. Uma equipa de sulcos que cá está a fazer o estudo de uma auto-estrada, também prevista no plano, concluiu que fazer um «nó» dessa via custa o mesmo do que comprar cinco cacilheiros cómodos. Naturalmente que era muito mais repartido o benefício por cinco cacilheiros do que por um «nó» que daqui por dez anos está também saturado e que serve essencialmente para o transporte individual.

Um outro problema a referir diz respeito ao solo. O solo restante de Lisboa é já extraordinariamente escasso e tem que ser muito judiciosamente utilizado. Como se sabe, o solo é um bem irreproduzível; daí a base de toda a especulação de terrenos. É um bem que não é perecível, não apodrece, tem sempre valor.

No caso de Lisboa, o pouco solo que resta deveria ser aproveitado, naturalmente, não apenas para habitação mas sobretudo para reequipar a cidade com o muito que lhe falta.

«Avante!» — Que destino se deveria dar então às zonas que há ainda livres?

L.A. — Uma vez que já estamos com uma cidade cuja densidade é de 100 habitantes por hectare, sensivelmente, e portanto perto da saturação, há que pensar antes do mais em dar resposta às carências da população que vive na cidade. E que carências são essas? São carências em escolas, hospitais, jardins, centros de assistência à terceira idade, infantários, mercados, centros de cultura e de convívio, jardins, etc.. E são carências de habitação para a população que está mal alojada.

Porque não primeiro «arrumar a casa»? Porque não destinar estas áreas livres, por exemplo, à população que está a viver em casas subalugadas, em superlotação, em fogos degradados, em barracas? A população que vive nestas condições não é tão pouca como se pode pensar; ela representa, sensivelmente, cerca de 1/3 dos habitantes da cidade, ou seja, entre 200 a 300 mil pessoas.

A questão que se coloca é: vamos colocar aqui mais gente? E que gente?

Este um dos muitos aspectos que o Plano não considera.

S.D. — Isso coloca outro problema que importa denunciar. A cidade é tratada no Plano como se fosse uma ilha isolada, sem nada em volta, quando todos os problemas de Lisboa têm que ser resolvidos tendo em conta a sua periferia. Basta fazer umas contas muito simples: nós temos cerca de 18 mil barracas e cerca de 50 mil famílias mal alojadas. Se nós tentássemos alojar condignamente essas pessoas, em índices normais, precisaríamos quase de mil hectares dentro de Lisboa. Ou seja, iríamos ocupar quase tudo o que resta.

Esses indicativos começam

a ser evidentes por toda a parte. Se se quiser fazer um cemitério, já não poderá ser dentro de Lisboa; se o metropolitano precisar de construir umas oficinas, terá de o fazer fora da cidade; etc..

UM PLANO SEM ALTERNATIVAS

L.A. — O Plano, em vez de tentar resolver estas questões, agravadas, pois prevê a criação de novos centros terciários (toda a actividade fora da indústria e da agricultura), o que vai trazer mais mão-de-obra para a cidade, agravando portanto o problema da habitação, dos transportes, da falta de equipamentos.

S.D. — Gostaria de reforçar o que já se depreende de tudo o que foi dito, ou seja, a falta de alternativas do Plano. Ele é como se fosse hoje o retrato do que a cidade vai ser daqui a não sei quantos anos, pensando que todas as condições que agora existem vão continuar a existir.

É um Plano estático, que não prevê qualquer alteração, quando deveria ser dinâmico, colocando diversas hipóteses de evolução: se suceder isto far-se-á desta forma; se suceder aquilo, far-se-á de outra.

Mais importante do que a Câmara Municipal de Lisboa ter um Plano que vai fixar na parede para depois, burocraticamente, o consultar sempre que aparecer qualquer coisa e confirmar se está prevista ou não, o que interessava era que o município se armasse de métodos de planeamento, que lhe permitissem planejar a sua própria actividade.

Haveria que estabelecer prioridades, juntamente com

a população. Vamos primeiro resolver o problema da habitação ou o dos equipamentos? Aumentamos por mais algum tempo a habitação degradada e em compensação vamos ter boas escolas, bons hospitais, bons centros de convívio, ou alojamos condignamente a população?

Estas questões que deveriam ser (e não são) consideradas no Plano e que estão, ao fim e ao cabo, dependentes de decisões políticas que teriam o seu correspondente físico no Plano.

Ora, o que se verifica é que o Plano não tem este tipo de decisões políticas. Não aponta objectivos a alcançar. Não fixa metas. É apenas uma maquete rígida, perfeitamente estática, não apontando qual o padrão de vida da cidade que se pretende atingir.

«Avante!» — O Plano, como já referiram, trata a cidade como uma ilha isolada. Será possível resolver os problemas da cidade sem resolver os da área a que ela pertence e a que está tão profundamente ligada?

L.A. — De forma nenhuma. Este Plano surge como uma adaptação de um estudo antigo que, para além do mais, parece estar relacionado com um outro da região de Lisboa, também antigo e que nunca foi aprovado. O que significa que, se este documento agora aprovado tem que ver com esse outro, há todo o risco de se procurar disciplinar fisicamente a cidade de Lisboa e ao mesmo tempo não impor essa disciplina para a área metropolitana de Lisboa. Portanto, o risco de que se possa vir a acelerar determinado tipo de desmandos, de especulações de toda a ordem que proliferam na área de Lisboa e na própria cidade.

Se é necessário discutir o Plano

Director da cidade com a população do concelho, seria também muito importante discutir-lo com os municípios que o envolvem. E referimo-nos, concretamente, aos concelhos de Loures, Oeiras, Vila Franca, Sintra, Almada, Seixal, Barreiro. Como é evidente, tudo o que se passa em Lisboa quer seja planeado ou não pela Câmara, tem repercussão na área metropolitana. Portanto, parece lógico, se os concelhos da área metropolitana estão empenhados em «arrumar a casa», em resolver os seus problemas, e se eles estão tão relacionados com Lisboa, não se deve deixar omitir a necessidade absoluta de discussão de um documento que seria um esquema de ordenamento, de política urbana, dessa área metropolitana.

O que envolve também a questão de, urgentemente, se discutir o diploma sobre as regiões, na Assembleia da República e a necessidade de se instituir a área metropolitana de Lisboa.

Do muito que foi dito e do mais que ficou por dizer, uma coisa importa salientar. As massas populares cabe um importante papel na definição do que será o futuro da cidade e o futuro da área metropolitana de Lisboa. Participar na discussão e resolução dos problemas que a todos afectam é um direito que nos cabe e que temos o dever de incrementar.

Que cidade temos? Que cidade queremos ter? É ao povo que cabe decidir. Participemos na discussão. Exijamos a discussão!

